

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
ATUÁRIA E CONTABILIDADE

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (FDI)  
E SEUS IMPACTOS

EDVANDRO SIMPLÍCIO DE OLIVEIRA

FORTALEZA  
MARÇO DE 1999

98-2

O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (FDI)  
E SEUS IMPACTOS

Autor : EDVANDRO SIMPLÍCIO DE OLIVEIRA

Orientador : RAIMUNDO EDUARDO SILVEIRA FONTENELE

Monografia apresentada à  
Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e  
Contabilidade, para obtenção  
do grau de Bacharel em  
Economia.

FORTALEZA - CE  
1999

Esta monografia foi submetida à coordenação do Curso de Economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

|   |                |
|---|----------------|
| <u>Edvandro Simplício de Oliveira</u>                           | Média<br>_____ |
| <u>Raimundo Eduardo Silveira Fontenele</u><br>Prof. Orientador  | Nota<br>-----  |
| <u>Antonio Luiz Abreu Dantas</u><br>Membro da Banca Examinadora | Nota<br>-----  |
| <u>Sandra Maria Santos</u><br>Membro da Banca Examinadora       | Nota<br>-----  |

Monografia aprovada em 15 de março de 1999.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a DEUS, que me deu vida e saúde, inteligência e paciência, e que Ele continue a dar-me força para a caminhada em busca dos meus objetivos.

Em seguida ao Professor orientador Eduardo Fontenele pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua ajuda não teria sido concretizado.

Aos meus pais, José William de Oliveira e Neide Simplício de Oliveira que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

À minha esposa Márcia M<sup>a</sup>. Menezes Pereira de Oliveira e meu filho Luiz Henrique ( 3 meses ) pelo incentivo e apoio durante a realização do trabalho.

Aos professores Abreu Dantas e Sandra Maria Santos pelas sugestões dadas para a realização da monografia.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

## RESUMO

Este trabalho investiga, através de uma análise simples, a política Industrial do Ceará, bem como do Nordeste, que sempre se caracterizou pela inexistência acentuada de um complexo industrial compatível com a extensão de terra e da população, que atualmente representa faixa significativa do país, ou seja, um terço da população do Brasil.

Como é sabido a economia do Ceará, bem como a do Nordeste em geral, caracteriza-se pelo baixo nível de remuneração dos trabalhadores ao lado do significativo fluxo migratório que deixa a região, dizem bem da crônica incapacidade da economia regional em absorver sua força de trabalho. O fato da região contar com uma força de trabalho significativa, e que, seguramente, lança anualmente no mercado de trabalho mais de 100 mil pessoas, constitui uma faceta da gravidade da denominada questão regional, exigindo ações em profundidades, visando não só a redução do contingente desempregado e subempregado como à absorção do acréscimo da população que pressiona o mercado de trabalho. Assim, o trabalho mostra o impacto ocasionado pela política industrial recente adotado pelo Governo Estadual, atentando para os municípios que tiveram acesso ao benefício, num total de 60 municípios envolvendo um valor total de investimento na ordem de R\$ 3,7 bilhões, e gerando 92.438 emprego direto e 351.432 indiretamente.

Desta forma, o trabalho se propõe a estudar a partir do início da industrialização brasileira com o café e depois com os programas implementados para a região Nordeste, até chegarmos ao Estado do Ceará, a forma como se deu a industrialização. Com o intuito de atrair novas empresas o Governador do Estado aposta no Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), criado em 1979, para o crescimento do parque industrial e com ele no aumento do produto interno, da renda percapta e principalmente na melhoria de bem estar da sociedade cearense através da geração de novos empregos espalhados por mais de sessenta municípios, conforme o quadro em anexo.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 01 |
| CAPÍTULO I   |    |
| AS GRANDES LINHAS INDUSTRIALIZANTES PROPOSTAS PARA O NORDESTE.....   | 02 |
| ANTECEDENTES: DO INÍCIO À INTEGRAÇÃO PRODUTIVA   |    |
| I.1 Acumulação Cafeeira e o Início da Indústria Nacional.....  | 04 |
| I.2 GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.....                                       | 08 |
| I.2.1 O Plano de Metas e o Surgimento do GTDN.....   | 08 |
| I.2.2 O II PNB e a Industrialização do Nordeste.....   | 14 |
| I.2.3 As Novas Políticas Industrializantes (Década de 80).....   | 19 |
| I.2.4 Nova política Industrial (NPI): Objetivos e Propostas.....   | 20 |
| I.2.5 Política Industrial e Comércio Exterior (PICE): Objetivos e Propostas.....                           | 22 |
| CAPÍTULO II  |    |
| ESTADO DO CEARÁ – DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA.....  | 28 |
| II.1 Evolução do Produto Interno Bruto.....  | 29 |
| II.2 Evolução do Valor de Transformação Industrial.....  | 30 |
| II.3 Desempenho Recente do Setor Industrial do Ceará.....  | 31 |
| II.4 Comércio Externo Cearense.....  | 33 |
| II.5 Coeficientes Sociais.....   | 34 |
| CAPÍTULO III   |    |
| FDI – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ.....  | 36 |
| III.1 Da Forma, Valor e Prazo do Benefício.....  | 41 |
| III.2 Criação do III Pólo Industrial do Nordeste: O Enquadramento nas Políticas Nacionais e Regionais..... | 42 |
| III.3 A Contribuição do FDI.....   | 44 |
| III.4 Análise do Setor Industrial do Ceará através do FDI.....   | 48 |
| III.5 Conclusão .....  | 55 |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende uma análise suscinta da política industrial do Ceará, centrado no estudo do Fundo de Desenvolvimento Industrial no período de 1987 a 1998.

Pretende-se, de início, apresentar de que forma ocorreu a industrialização brasileira, da região do Nordeste e como está sendo a do Estado do Ceará. Desta forma, o Governo do Estado tenta atrair indústrias oferecendo benefícios em infra-estrutura através de doações de terras, terraplanagem, instalação imediata de rede elétrica e de água e esgoto, linha telefônica e transmissão de dados e, principalmente, e mais importante, a isenção no imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS), no período de dez anos.

Em seguida, tenta-se examinar a recente evolução de empresas instaladas no Ceará, no intervalo de 1987 a 1998, associando este ponto ao impacto no nível de emprego diretamente e indiretamente, na economia do Estado.

Ademais, são apresentadas algumas constatações importantes sobre a fonte de financiamento propriamente dita, que tem como objetivo o fomento à indústria regional e suas repercussões sobre o emprego e a renda. No que tange à parte mais analítica do documento, concluída com uma síntese, a questão do emprego e da indústria será tratada a partir dos pontos de maior relevância. A partir da recente evolução da indústria, condicionada pelos incentivos fiscais, mais precisamente das experiências que ocorreram desde 1987 com o primeiro Governo de Tasso Jereissati.

Nesta perspectiva, a monografia estará assim estruturada:

- O capítulo I mostrará as principais linhas de financiamento propostas para a região Nordeste visando amenizar as disparidades em relação ao Centro-Sul;
- O capítulo II exibirá o desempenho recente da economia cearense tendo em vista as finanças estaduais equilibradas;
- O capítulo III finaliza a monografia com um apanhado dos principais artigos do FDI, em seguida é feita uma análise do percentual de emprego gerado a partir do investimento movimentado com o FDI.

Portanto, neste trabalho, analisaremos os principais condicionantes da industrialização, bem como os impactos sobre a renda e principalmente a geração de emprego direto e indiretamente condicionado pelos incentivos fiscais.

## **1. As Grandes linhas Industrializantes propostas para o Nordeste**

Este capítulo terá o objetivo de analisar as concepções governamentais sobre o crescimento regional, contidas em três planos, escolhidos por representarem mudanças significativas na estrutura industrial do Nordeste. Outros planos foram também propostos para o Nordeste, porém, as transformações mais importantes foram decorrentes dos que serão abordados a seguir.

O objetivo é salientar as particularidades da industrialização regional presente nas linhas de ações propostas: GTDN, II PND e no período recente (NPI / PICE).

### **- ANTECEDENTES : Do início à Integração Produtiva**

Toda a história do Brasil foi marcada por desigualdades sócio-econômicas, como também por relações de dependência estabelecidas entre as regiões periféricas e as regiões mais desenvolvidas do país. E a industrialização do Brasil, que teve na crise de 1930 o pontapé inicial, acabou acentuando ainda mais as disparidades inter-regionais instaladas, sendo a região Centro-Sul palco para a decolagem e intensificação dessas desigualdades.

Esse processo de articulação entre as regiões brasileiras, o processo de criação de mercado interno e de constituição de uma economia integrada atravessou várias fases, em que verificou-se transformações na estrutura produtiva da economia nacional e regional, assim como alterações no tipo de relação que as regiões estabeleceram entre si ( GUIMARÃES, 1989, 25).

Nesse sentido, Guimarães sugeriu a definição de três fases relevantes no processo de ajustamento do Nordeste à essa economia nacional: o isolamento relativo, período em que o Complexo Nordestino (denominado por

Celso Furtado) mantinha relações econômicas bem mais significativas com os países importadores do que com outras áreas exportadoras da própria região; a fase da Articulação Comercial, resultante da diversificação da atividade produtiva, do processo de industrialização do país e da implantação de um sistema de transporte comunicação que constitui-se na base física para o desenvolvimento do mercado interno; e a fase de Integração Produtiva que tinha como característica principal a transferência de capital produtivo de uma região para outra, o que implicava para as regiões menos desenvolvidas, transformações significativas na sua estrutura produtiva. Esta etapa representou a superação da fase de articulação comercial e o reforço do comércio inter-regional devido a complementariedade que passou a existir entre as atividades produtivas de diferentes regiões.

A integração produtiva inter-regional foi marcada, então, pela transferência de capital produtivo na direção ( Sudeste-Nordeste), o que promoveu mudanças qualitativas no padrão de acumulação da economia nordestina e possibilitou a instalação de uma indústria mais moderna, cuja caracterização geral foi a subordinação às decisões extra-regionais.

## 1.1 ACUMULAÇÃO CAFEIEIRA E O INÍCIO DA INDÚSTRIA NACIONAL

A principal fonte de financiamento no início da industrialização brasileira foi devido a acumulação cafeeira, a partir da segunda metade do século XIX e perdurando nas primeiras décadas do século XX. O capital estrangeiro, como fonte de financiamento no início deste século, teve participação significativa na década de 20.(Cristina, 1996: p.09).

O café surgiu como produto capaz de tornar o grande artigo de exportação brasileiro, impulsionado pela sua progressiva expansão no mercado internacional advinda da desorganização da economia haitiana e pela libertação e desenvolvimento dos Estados Unidos.

A cultura cafeeira se adapta perfeitamente às condições brasileiras, pois, conforme (Furtado, 1979: p.114), a empresa cafeeira permite a utilização intensiva de mão-de-obra escrava. E nisto se assemelha à açucareira. Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira.

Com o café surge uma nova classe dominante na economia, mais forte e consciente dos seus poderes, formada de homens com experiência comercial, ao contrário da economia açucareira, que tinha suas atividades comerciais dominadas pelo monopólio de Portugal ou Holanda. Outro fator que fortaleceu esta nova classe de dirigentes foi a proximidade com a capital do país e, portanto, do centro decisório.

Durante o século XIX e começo do século XX a economia cafeeira demonstrou ser a única capaz de acumular capital suficiente para promover o desenvolvimento brasileiro e lançar as bases para a criação de uma indústria nacional que suprisse o mercado interno então em expansão. Este fato explica o porquê dos diferentes desenvolvimentos das regiões brasileiras, onde se

assistiu um vigoroso progresso na região Centro-sul, que era detentora das plantações de café, e o total declínio da região nordeste, cujas condições (climáticas) não permitiram a implantação da cultura cafeeira.

A acumulação cafeeira se intensificou na segunda metade do século XIX, quando se assistiu a um aumento da quantidade de produto exportado e no preço deste no mercado internacional. A implantação das estradas de ferro, a partir de 1859, inicialmente financiadas por capitais britânicos e depois pelo capital cafeeiro, proporcionou um alargamento das terras produtivas onde se tornou possível o escoamento da produção a um preço inferior ao anteriormente gasto com a utilização das tropas de mula. A imigração intensiva foi outro fator que auxiliou no aumento da produção, fazendo também com que os salários se mantivessem estáveis, protegendo as margens de lucros dos grandes proprietários. Por último, ocorreu a mecanização da fase do beneficiamento que melhorou a qualidade do café produzido.

Nos períodos de crise no setor cafeeiro não havia condição de financiar a industrialização, pois era perdida a capacidade para importar os alimentos e bens de consumo para manutenção da força de trabalho, meios de produção e bens de capital. Esse investimento na indústria nacional foi feito de forma direta e indireta pela economia cafeeira, processo este descrito perfeitamente por Wilson Cano em que ele relata que " os próprios fazendeiros investiam seus lucros em indústrias diretamente, e indiretamente, quando seus lucros transitavam pelo sistema bancário, ou por outra forma qualquer de imediação financeira e de capital. Não se quer com isto afirmar que apenas os fazendeiros promovem a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais, como se vê nos trabalhos de Bandeiras e de Dean " (Cano, 1983: pp. 129 apud Paiva & Campregher, 1986: pp. 131)

A escolha do capital cafeeiro pela indústria de consumo explica-se pelo fato desta indústria não exigir grandes tecnologias. As máquinas em sua

maioria eram importadas, dado que, o setor de bens de produção no Brasil, ficou praticamente paralisado. As primeiras indústrias verdadeiramente nacionais foram as têxteis no primeiro surto industrial na década de 1881 a 1890, período este delimitado por Simonsen (Carvalho, Isabel Cristina, 1996: p.13). Sérgio Silva em sua tese sobre origens da indústria e expansão cafeeira nos dá os seguintes dados: na região cafeeira (Rio de Janeiro, Minas e São Paulo) concentram-se 61% dos valores da produção industrial em 1907 e 65% em 1920, sendo que o antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro e sua periferia) e São Paulo são responsáveis sozinhos por 49% em 1907 e 52% em 1920.

Finalmente é no Estado de São Paulo que a indústria cresce mais rapidamente: 17% do valor da produção em 1907 e 32% em 1920, contra 33% e 21%, respectivamente no antigo Distrito Federal" (Silva, 1976: p. 80).

Segundo Versini (1984), a partir dos anos 20 ocorre a modernização da indústria voltada para a produção de bens de consumo da classe assalariada. Para se visualizar melhor o crescimento da indústria nesta década, a tabela 01 expressa o comportamento da produção industrial e do

crescimento anual, excluindo dos dados a indústria têxtil que teve um declínio significativo e empurrava os índices para baixo, criando uma distorção nas taxas, fazendo com que alguns autores identificassem uma estagnação, ou mesmo declínio, durante a década.

## TABELA Nº 01

**Brasil: índice da produção industrial, exclusive têxtil - 1920/30**

| ANOS | ÍNDICE(1920=100) | CRESCIMENTO ANUAL |
|------|------------------|-------------------|
| 1920 | 100              | -                 |
| 1921 | 96               | -3,9              |
| 1922 | 119              | 23,5              |
| 1923 | 121              | 2,1               |
| 1924 | 126              | 3,7               |
| 1925 | 132              | 4,6               |
| 1926 | 136              | 3,2               |
| 1927 | 143              | 5,4               |
| 1928 | 154              | 8,0               |
| 1929 | 162              | 4,7               |
| 1930 | 153              | -5,2              |

Fonte e Método: obtido por ponderação dos índices setoriais após correção para eliminar distorção. Dados básicos de Haddad (1974), várias tabelas. Extraído de Versiani, Flávio R. Industrialização: a Década de 20 e a Depressão, 1984. P.65

A década de 20 caracterizou-se pelo surgimento de uma mudança sensível na economia, pois *“O desenvolvimento industrial dos anos 20 salienta-se, por uma profunda modernização da indústria de bens de consumo assalariado pela diferenciação da estrutura industrial com a pequena indústria de aço ganhando forças e com a indústria de cimento se implantando, ambos os fatos teriam enorme importância quando a economia brasileira se recuperasse dos efeitos da crise de 1929”*(MELLO, 1984: P. 166).

Desta forma, constatou-se a razão pela qual a acumulação cafeeira se tornou o principal financiador do processo de industrialização brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sendo o único setor interno da economia capaz de gerar recursos suficientes para a implantação de infra-estrutura e indústrias, mas principalmente a de gerar demanda para o desenvolvimento desta no Brasil.

Na economia nordestina, ao contrário do cultivo do café, a cana-de-açúcar não foi capaz de obter o mesmo sucesso de produção cafeeira no processo de industrialização da economia.

A intensificação do processo de industrialização regional, a partir da observação das novas políticas industriais propostas para o Nordeste, será o objetivo seguinte deste trabalho.

## **1.2 GTDN - GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

### **1.2.1 O PLANO DE METAS E O SURGIMENTO DO GTDN**

O processo de integração comercial provocou mudanças significativas para a região Nordeste, como a instalação de uma indústria regional mais moderna.

Entre 1956 e 1961, ocorreu no país uma intensificação desse processo de industrialização. O Estado extremamente interventor implementou o chamado Plano de Metas, que foi um plano de caráter estrutural e que trouxe entre o Estado e a economia (o modo de regulação).

Houve a verticalização da indústria, com a implantação e ampliação de setores pesados de bens de capital e bens intermediários, cujo objetivo era conferir uma maior autonomia à industrialização brasileira. Deveria se romper os pontos de estrangulamentos (decorrentes do período pós-II Guerra) e motivar a continuidade de substituição de importações (tendo início desde a crise de 1929).

Isso estava em conformidade com o pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), segundo o qual o desenvolvimento de uma região periférica somente ocorreria através do

movimento de fatores de produção (principalmente capital), via industrialização. E nesse processo o Estado deveria atuar decisivamente.

Os investimentos realizados durante o Plano de Metas contavam com o apoio do capital estrangeiro, principalmente o europeu que buscava novos mercados para concorrer com empresas americanas. Tal fluxo de investimentos tinha embutido a idéia de que o crescimento econômico era benéfico a nação como um todo, era a idéia do nacional-desenvolvimentismo (Lessa, 1975)

Em contraposição a essa idéia, as forças políticas regionais, principalmente nordestinas, chamavam a atenção para o caráter desigual desse crescimento. As políticas públicas eram apresentadas como favorecedoras do Centro-Sul, principalmente da região sudeste. Enquanto para o Nordeste o que existiu durante várias décadas foi uma política de combate as secas, com a criação de vários órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) e a Comissão do Vale do São Francisco (CSF). Uma política que acabou por desviar-se de seu autêntico objetivo social para transformar-se num instrumento de consolidação dos latifúndios de pecuária.

A deterioração da participação do Nordeste na economia passou a ser vista como um problema nacional na medida em que se agravaram os problemas regionais com a seca de 1958, com risco de convulsão social. A partir de então, o Nordeste passou a ser contemplado por uma política especial como tentativa de superar as desigualdades regionais e amenizar os problemas crônicos identificados. Foi desenvolvida uma nova política para a Região, agora de maior amplitude, e não apenas de caráter assistencialista como antes o fora. Seguiu-se, assim, uma política de incentivos fiscais e financeiros como meio de promover a industrialização do Nordeste. Segundo a nova política, o setor industrial deveria promover o desenvolvimento da região através da diversificação de sua estrutura produtiva, o que promoveria um

dinamismo às outras atividades econômicas. Neste contexto de discussão, surgiu então, o GTDN.

O GTDN foi instituído em 1956, e foi a primeira proposta de solução para o problema das disparidades inter-regionais bastante evidentes no país, através de mudanças regionais, mediante a intensificação da industrialização na região estagnada. Nesse sentido, seria criada posteriormente, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Dentro da política adotada pelo GTDN, o caminho para que o Nordeste mudasse sua estrutura produtiva, reduzindo a dependência de produtos importados e criando condições internas para fazer crescer sua própria renda, bem como, superar os problemas do seu balanço de pagamentos, estava na sua industrialização. A relevância atribuída à indústria como atenuante das desigualdades regionais foi bem ressaltada por MOREIRA (1979, p.57) : ***“na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil, a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa média, a única forma de abrir esse caminho”***. Ou seja, a industrialização do Nordeste não era uma saída, mas a saída para o desenvolvimento da região.

A industrialização, além da autonomia, traria estabilidade e modernização. Estabilidade, porque, juntamente com algumas reformas no setor agrícola, ajudaria a absorver excedentes de desempregados (urbanos). E modernização, porque contribuiria para a formação de uma nova classe dirigente, formada até então, por homens ligados à agricultura, despossuídos de ideologia desenvolvimentista (SANTANA, 1995).

Assim, as propostas do GTDN iriam requerer uma completa mudança na forma de atuação do setor público no Nordeste, que passaria das políticas assistencialistas de combate à seca para as políticas de apoio à industrialização.

Dentro dessa perspectiva , o GTDN elaborou um documento que se tornou clássico e apresentou três conclusões básicas sobre o Nordeste: (1) os desequilíbrios inter-regionais derivavam do ritmo acelerado de desenvolvimento do Sudeste com relação às outras regiões; (2) os investimentos do Governo Federal no Nordeste não eram traduzidos em crescimento da região; (3) e estes investimentos deveriam estar subordinados a um programa de desenvolvimento, mas para isso necessitava-se reestruturar o aparelho administrativo (GARCIA.1986, p.81).

A partir dessas conclusões, o GTDN elaborou também, um Plano de Ação sintetizado em quatro pontos principais: ***“a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira(6) ; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada; c) transformação progressiva da economia da zona semi-árida, no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estavam em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida”***(GARCIA.1986, p.83).

Ainda segundo o GTDN, a fim de reduzir essa dependência de bens importados, deveriam também ser incentivadas indústrias que aproveitassem matérias-primas da região (cimento e adubos fosfatados) e que pudessem penetrar nos mercados do Centro-Sul, mas dando especial atenção as indústrias geradoras de emprego, com a pesqueira. E, deveriam ser modernizadas as indústrias existentes e que se instalaram em virtude da matéria-prima ou da mão-de-obra regionais, como a indústria têxtil. Desse modo, a industrialização daria impulso e autonomia necessários ao Nordeste (ARAÚJO - 1984).

Finalmente, propunha-se, com o intento também de reduzir a dependência de bens importados, a instalação de indústrias de base, como a siderúrgica, mediante a possibilidade de concorrência com as indústrias do Centro-Sul. Essas indústrias permitiriam a expansão das indústrias de transformação de ferro e aço e da indústria mecânica, o que possibilitaria ainda estimular as indústrias metálicas simples (ARAÚJO, 1984). Ou seja, a proposta que havia para o Nordeste era de uma “industrialização substitutiva de importações”, uma vez que havia na região um grande mercado, mão-de-obra farta e barata.

O documento do GTDN trouxe como consequência a criação de organismo para executar a política proposta pelo Grupo de Trabalho. Assim, foi criada a SUDENE, em dez/1959, projetada por Celso Furtado que havia sido coordenador do GTDN. A idéia básica era fazer dessa autarquia o grande veículo para a ação planejada dos diversos órgãos estaduais e federais em todos os estados da região (MOREIRA, 1956).

A SUDENE foi criada com a promessa de acabar com a “indústria da seca” e instituir uma ação planejada de desenvolvimento capaz de superar os problemas como a heterogeneidade estrutural e a marginalização urbana de grande parte do povo nordestino (BUARQUE, 1987).

Nesse sentido, entrou em vigor, em 1961, o I Plano Diretor elaborado pela SUDENE, e com ele um mecanismo de incentivos com a aprovação da lei 3.995 no Congresso, que em seu artigo 34 determinava o abatimento de 50% às empresas nacionais que investissem no setor industrial nordestino. Em 1963, com o II Plano Diretor da SUDENE, esse benefício estendeu-se às empresas estrangeiras, e aos projetos agrícolas, bem como ao setor de telecomunicações. Esse pacote de incentivos passou a ser chamado de 34/18 e tais recursos eram depositados no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ficando à disposição da SUDENE para serem aplicados em projetos de interesse para o desenvolvimento da região. No caso de projetos prioritários para a região, o 34/18 participava com até 75% do investimento e o capital

próprio que a empresa deveria dispor para fechar o projeto ainda era financiado (BEZERRA, 1190).

Outros incentivos eram oferecidos também em níveis federais, estaduais e municipais, como isenção total ou parcial do Imposto de Renda, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, etc.

Essa situação mostra o resultado de uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste, uma diversificação na produção industrial para a região centrada nos segmentos não tradicionais, ou seja, nas indústrias dinâmicas. Tal conjunto de resultados foi decorrente principalmente da política de incentivos fiscais e financeiros (especialmente o sistema 34/18).

Os gêneros industriais mais beneficiados por esses recursos (incentivos) entre 1963/69 foram os minerais não-metálicos, metalurgia, materiais elétricos e de comunicações, química e têxtil. Em menor grau: mecânica, produtos alimentares e papel e papelão (Dados brutos: BNB/ETENE).

De maneira geral, essas mudanças foram positivas para o Nordeste, que passou de um PIB per capita regional equivalente a 42% do nacional em 1940, para 49% em 1967. Entre 1961/67 a taxa média de crescimento do PIB nordestino foi de 5,0% a. a., enquanto no Brasil foi de 4,6% a. a. (SANTANA, 1995). Realmente a economia nordestina passou a contar com uma nova realidade e houve, de maneira geral, uma continuidade da proposta industrializante do GTDN.

Contudo, as ações da SUDENE passaram a ser questionadas quanto a sua eficiência para solucionar o problema nordestino. Sua proposta industrializante não resolveu o grave problema social da região. Permaneceram os níveis críticos de pobreza tanto a nível rural, quanto urbano. A participação da SUDENE no total dos incentivos, para o Nordeste, que era de 64,5%, em 1969, caiu para 33,1% em 1971, e para 24,5% em 1972.

## 1.2.2 O II PND e a Industrialização do Nordeste:

No período (1970/75) a situação econômica era diferente do período analisado pelo GTDN. A economia nordestina apresentou uma taxa de crescimento econômica de 9,6% a . a ., acima da média apresentada para o país (6,9% a . a .), como decorrência da evolução muito favorável das atividades industriais e de prestação de serviços (GEDYR -1983). Mas essa década de 70, em nível mundial, foi marcada por crises agravadas pelos choques do petróleo.

No Brasil, o início dessa crise coincidiu com a mudança de presidentes. Geisel assumiu em março de 1974 e tinha como projeto, em nível político, a abertura lenta e gradual e, em nível econômico, a busca do crescimento da economia, para então repetir o desempenho do "milagre"(ABREU, 1989).

A idéia difundida nessa época, era de um Brasil potência emergente, em meio a um mundo de crise. O ideal existente era nacionalista e desenvolvimentista. Entretanto, o nacionalismo era bem mais explícito em defesa da empresa nacional, que deveria assumir um importante papel na estrutura industrial moderna, corrigindo sua debilidade frente às firmas estrangeiras, em termos tecnológicos, recursos de longo prazo e capacidade gerencial. À empresa estrangeira caberia buscar expandir as exportações, principalmente em manufaturados não tradicionais, e contribuir para a pesquisa tecnológica no país, contratando firmas de engenharia instaladas no Brasil (ABREU, 1989).

Atentava-se também, no período do II PND, para a necessidade de sustentar os níveis de crescimento do período 1968/73 como forma de superar o subdesenvolvimento, mas agora, vinculado à aplicação de programas sociais (políticas de emprego e salários, integração social) e regionais (integração nacional), com o intuito de obter um crescimento (ABREU, 1989),

menos desigual. Nesse período o Estado mantinha as funções de coordenador, produtor e agente financeiro. (ABREU, 1989).

De acordo com II PND, os obstáculos que a economia brasileira deveria transpor relacionavam-se à forma como estava localizado o país no contexto internacional.

O Brasil estava sofrendo desvantagens nas relações internacionais, à medida que as nações desenvolvidas preocupavam-se mais com seus problemas internos e externos. Foi dificultada a transferência de tecnologia e a liberalização do comércio, além de haver também a crise do petróleo, expondo ainda mais a fragilidade das economias subdesenvolvidas, dependentes da importação desse produto (petróleo).

Algumas propostas foram elaboradas a fim de possibilitar o crescimento do país em meio ao desequilíbrio externo existente: a) elevar intensamente a produção interna de petróleo e energia hidrelétrica; b) aumentar as receitas de exportação, desenvolvendo grandes projetos de exportação de bens intensivos em matérias-primas e energia elétrica (ferro, alumínio, celulose, aço) de forma a aproveitar as vantagens comparativas do país; e c) substituir aceleradamente as importações de bens de capital e Insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos). Essa última proposta serviria para reduzir importações e para estimular o crescimento e a diversificação da estrutura industrial nacional (ABREU, 1989).

Assim, a indústria assumia três funções. Serviria para dar autonomia ao país, compondo uma configuração definitiva do perfil industrial, onde se buscava reduzir ao máximo as importações de bens de capital, ou reduzir ao máximo a dependência do exterior. Modernizaria a estrutura produtiva, atentando para a necessidade de criar e adaptar tecnologia, investir em setores de ponta e estratégias gerenciais e diversificar as exportações de manufaturados. E, finalmente, contribuir decisivamente para manter o crescimento acelerado da economia brasileira (SANTANA, 1995).

O II PND, como na análise do GTDN, adotava a industrialização como solução para a economia regional e chamava a atenção para a necessidade de programas sociais de apoio, que ajudassem também a corrigir a distribuição da renda no Nordeste ( e no país como um todo).

Em nível regional, o II PND reconhecia a necessidade de reduzir as disparidades. Propôs, então, uma integração efetiva entre as regiões. Nordeste/Amazônia/Centro-Oeste deveriam gerar fluxos de fatores e de produtos entre si. E, na relação com o Centro-Sul deveria haver fluxo de mercadorias daquelas regiões em direção a esta, em troca do fluxo de capitais e tecnologia do Centro-Sul para as regiões referidas. Dessa forma, a região não era mais vista como parte autônoma da economia nacional, mas como elemento integrado a ela (ABREU, 1989).

O objetivo era tirar proveito econômico da utilização do espaço brasileiro, aproveitando recursos humanos disponíveis e aplicando recursos de capital. Deveria haver um planejamento nacional e regional de forma a identificar oportunidades de programas e projetos industriais no Nordeste e na Amazônia. Propôs-se a formação dos complexos industriais de caráter regional, aproveitando economias de escala e de aglomeração. Nesse sentido, deveria ser implantado o Pólo Petroquímico do Nordeste e o Complexo Mineral-Petroquímico Regional (Salvador/Aracaju/Maceió) e o Pólo de Fertilizantes do Nordeste.

Outras duas propostas que já haviam aparecido no GTDN foram apresentadas também no II PND: Complexo Metal-Mecânico e Eletro-Mecânico, abrangendo indústrias de material elétrico e eletrônico, mecânicas e metais não-ferrosos (cobre, alumínio, magnésio) e o fortalecimento dos pólos de indústrias tradicionais, principalmente dos gêneros têxteis-confecções e outros calçados.

Comparativamente com as perspectivas industrializantes para a região nordestina no período do GTDN, houve uma mudança nesse período. Ao invés

da diversificação da estrutura produtiva, inclusive com incentivo à implantação de setores produtores de bens de capital (mecânica), como propunha o GTDN, passava a prevalecer a proposta de integração produtiva da região à economia nacional, nesse outro momento.

Finalmente, os resultados do II PND mostraram-se melhores para o Nordeste, até mais do que no período de "milagre". A indústria, no período 70/80, cresceu a uma taxa média de 9,8% (6,6% no total do PIB), enquanto no período 1968/73 a taxa média foi de 8,7% (6,8% no total do PIB) (POLARI, 1993).

Com o II PND foi criado, ainda, um Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), em substituição ao 34/18. O FINOR surgiu como mecanismo para canalizar incentivos fiscais para região. No período de 1978/83 o FINOR transferiu para o Nordeste mais de US\$ 1,2 bilhão (BEZERRA, 1990).

Essa influência dos incentivos fiscais sobre a indústria nordestina foi, principalmente, no sentido de redefinir a base da composição industrial como uma quebra de hegemonia dos segmentos tradicionais no padrão da acumulação (BEZERRA, 1990).

Houve uma maior concentração de recursos nos gêneros têxtil (da proposta de modernizar os gêneros tradicionais na região), química e metalurgia (da proposta de aproveitar a base de recursos naturais da região). E iniciou-se a implantação do II Pólo do Nordeste, que incluía também o gênero vestuário e calçados (SANTANA, 1995).

O Nordeste foi estimulado pelos investimentos públicos também na construção civil e na indústria de bens intermediários, principalmente com relação ao petróleo e a petroquímica.

Esses resultados positivos verificados na região nesse período, decorreram do fato do II PND contar com outras fontes de recursos como do BNDE, por exemplo, e enfatizar a exploração de mão-de-obra regionais.

Em nível nacional, o II PND também apresentou bons resultados sobre a economia no período 1973/80, o PIB do país cresceu a taxa média de 7,1% a . a ., o da indústria a taxa de 7,2% a . a .. Mas com uma situação de crise, em nível mundial, o governo resolveu buscar o crescimento utilizando-se de recursos externos, abundantes, o que iria ocasionar sérias conseqüências para o país na década de 1980.

Nesse momento, a situação interna caracterizava-se pela elevação da dívida externa do país (1975), que passou de US\$ 21,2 bilhões, nesse mesmo período, para US\$ 49,9 bilhões, em 1979. Verificou-se também elevação da inflação; o agravamento da situação econômica com o segundo choque do petróleo; a elevação dos juros internacionais, devido a crise pela qual passava os países centrais, e tudo isso ainda era acrescido da fragilidade evidente do Estado (CARNEIRO, 1989).

Desse modo, o país precisava encontrar uma forma de ajustar suas contas externas e uma forte poupança interna que financiasse o crescimento (início da década de 80) (ERBER, 1993).

### 1.2.3 AS NOVAS POLÍTICAS INDUSTRIALIZANTES (DÉCADA DE 80):

A década de 1980 é considerada pelos economistas como uma década perdida. Ele foi marcada por um tratamento de choque na economia brasileira, com o intuito de ajustar as contas externas do país, deterioradas pelo segundo choque do petróleo e pela elevação dos juros internacionais (crise mundial), e de controlar a inflação.

Assim, essa década iniciou marcada pelos incentivos às exportações e pela adoção de políticas ortodoxas de combate a inflação, as quais não lograram êxito, chegando a inflação a ultrapassar os 100% (110% em 1980, 211% em 1983). E desse modo, a cada insucesso dos planos de estabilização, os governos e o Estado perdiam credibilidade (BEZERRA, 119).

Além disso, o país achava-se envolvido numa atmosfera de modernização, que não poderia prosseguir presa aos moldes anteriores em que se protegia excessivamente o mercado interno, restringia-se abundantemente o capital estrangeiro, ignorava-se o esforço tecnológico doméstico e exportava-se bens intensivos em mão-de-obra barata ou recursos naturais.

Fazia-se necessária uma readaptação aos novos paradigmas econômicos emergentes. A exploração tecnológica, verificada principalmente nas economias centrais, comprometia o modelo brasileiro de industrialização por substituição de importação, uma vez que havia acabado o desenvolvimento meramente quantitativo sem a preocupação com a qualidade e com a conquista de mercados externos.

Em nível regional, o Nordeste tentou responder aos esforços exportadores do país com produtos agrícolas (fruticultura do Vale do São Francisco e soja no oeste baiano) e participar com a exploração de minérios em Carajás. No período de 1980/89, o PIB do Nordeste cresceu a taxa média

maior que a do Brasil, 4,4% no total, e 1,8% no industrial, enquanto que o PIB do Brasil ficou com 2,2% e 1,3%, respectivamente (SANTANA, 1995).

Isso provavelmente deveu-se ao fato dos Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital, base industrial de Centro-Sul, terem obtido um resultado mais desfavorável do que os Bens de Consumo Não Duráveis e Intermediários do Nordeste. Ou seja, a região mais significativa para o país sofre mais intensamente os efeitos da crise, aspecto que foi também abordado por ROSA (1992).

Foi em meio a esse cenário, que surgiram outras propostas industrializantes para o Nordeste, a Nova Política Industrial (NPI) e a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE).

#### **1.2.4 Nova Política Industrial (NPI): Objetivos e Propostas**

A NPI (maio de 1988) surgiu num contexto de indispensável modernização da indústria, reconhecendo-se a fragilidade do Estado e necessário estímulo às exportações, como forma de manutenção do equilíbrio entre o nível externo e interno.

O momento era de liberalização econômica, com o estado intervindo menos (privatizações, desburocratização, etc) e reduzindo a dependência do setor privado quanto ao aparelho estatal (com relação principalmente aos estímulos governamentais) (SUZIGAN - 1998). O Estado atuaria através de programas de incentivos à modernização, administrados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e teria pois, um papel mais sinalizador.

A nova política industrial tinha como objetivos:

(a) modernização tecnológica, através da utilização de novas tecnologias; (b) capacitação tecnológica, no sentido de conceber, adaptar e desenvolver tecnologias e equipamentos (Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial); c) aumento da eficiência e da produtividade, incluindo unidades que produzissem para a exportação beneficiadas pelo programa de inativo - BENFIEX - (SANTANA - 1990, 31).

No quadro regional, houve também uma proposta de implantação das ZPE's (Zonas de Processamento de Exportação). O objetivo era utilizar as ZPE's como meio para reduzir os desequilíbrios regionais e fortalecer o balanço de pagamentos, além de promover a incorporação de novas tecnologias e gerar empregos, resultando no desenvolvimento econômico e social do país (SANTANA, 1995). Não houve, entretanto, uma política regional específica para cada região, nesse período.

Além disso, sobre tais políticas adotadas no Governo Sarney, existem algumas críticas relevantes: quanto a política industrial, ainda que introduzisse a idéia de atuação em setores internos (Programas Setoriais Integrados - PSI) e atentasse para a importância dos ganhos tecnológicos (Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDI), verificou-se um distanciamento entre o discurso modernizante, liberalizante e a prática. No que se refere a intervenção do Estado, este continuou concedendo benefícios fiscais e centralizando poderes de órgãos como Conselho de Desenvolvimento Industrial(CDI), etc, em contraposição a idéia de redução do assistencialismo e de busca de instrumentos políticos de caráter mais global.

Quanto as ZPE's, de cunho regional, as críticas foram acerca de sua utilização como instrumento de desenvolvimento regional (e não política industrial e comercial), já que no centro-sul não foram instaladas e suas exportações concorreram com as exportações de firmas nacionais, principalmente com as localizadas no centro-sul.(SANTANA, 1995).

Enfim, o que o NPI apresentou de relevante para a economia nacional e, conseqüentemente, para a regional, foram basicamente esses abordados acima.

### **1.2.5 Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE): Objetivos e Propostas**

A PICE seguiu a mesma trajetória da NPI, com as mesmas motivações, objetivos semelhantes e enfrentando os mesmos problemas: fragilidade do Estado e necessidade de gerar megasuperávits. Entretanto, foi uma tentativa mais decidida de alterar a forma de intervenção do estado e as estratégias empresariais, de modo a dar maior compatibilidade entre o discurso liberal e a sua execução prática.

Segundo o diagnóstico apresentado para esse período (década de 80), a crise instalada no país tinha raízes estruturais relacionadas com a instabilidade macroeconômica e com o alto grau de protecionismo contra as importações, além da concessão de reduções fiscais e subsídios abusivos. Fatores estes, geradores de incertezas, de deterioração das contas públicas e da perda de dinamismo e estagnação da produtividade na economia.

Seguindo essa linha de raciocínio, as diretrizes gerais da PICE tinha por objetivo central o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, mediante a modernização e reestruturação da indústria. Ou seja, a indústria nacional deveria atingir um grau de competitividade que possibilitasse a economia a voltar a crescer. E com esse intuito, a PICE atuaria em duas direções: na modernização industrial e comercial e na introdução de modernas estruturas de produção, consumo de bens e serviços, através da difusão de novos padrões tecnológicos (BEZERRA, 1993).

No que refere-se as estratégias para a implementação da política industrial, verificou-se uma "redução dos níveis de proteção tarifária", de forma a favorecer o processo competitivo. Foram feitas ainda, algumas emendas a tais estratégias, sem contudo explicitar como isso ocorreria concomitantemente com a redução da proteção tarifária.

As emendas feitas foram: (a) reestruturação competitiva da indústria, através de mecanismos de coordenação e mobilização de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica; (b) fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e do desenvolvimento de novos setores, através da maior especialização da produção; (c) exposição planejada da indústria brasileira à competição internacional (...), a melhoria progressiva dos padrões de qualidade e preço no mercado interno e o aumento da competição em segmentos industriais oligopolizados (BEZERRA, 1993).

Outras propostas de atuação da nova política seguiram essa mesma linha. O Estado faria a reformulação da política comercial, para incrementar a competição, e implementaria programas de modernização, como forma de estímulo à competitividade, buscando reestruturar complexos industriais maduros e desenvolver ou estimular setores incorporadores de novas tecnologias.

Quanto ao Estado, este deveria assumir a responsabilidade com relação a garantia da estabilidade macroeconômica e a reconstrução de um ambiente favorável aos investimentos em geral, mediante o estabelecimento de regras claras e estáveis para a vida econômica.

Os mecanismos utilizados na implementação da PICE, com o intuito de elevar a competitividade foram:

(\*) o PCI (Programa de Competitividade Industrial) cujas finalidades básicas eram o desenvolvimento dos setores de tecnologia de ponta e

reestruturação dos setores industriais de serviços que pudessem alcançar preços e padrões internacionais;

(\*) o PACT (Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica) que estabelecia metas de aplicação de recursos em ciência e tecnologia, visando a capacitação tecnológica (ARAÚJO, 1993).

Em nível regional, as políticas teriam como objetivo a desconcentração espacial, mas aproveitando os espaços potencialmente rentáveis, o que seria feito obedecendo as diretrizes da Política Regional (14), viabilizada por uma maior coordenação administrativa. Essa preocupação com a desconcentração espacial das atividades econômicas, particularmente no Nordeste, advinha da necessidade de superar as deficiências econômicas da região, que ainda tinha uma pequena participação na formação do PIB, apesar de haver obtido melhora.

Nesse sentido, o Nordeste poderia sair-se beneficiado com a modernização de sua estrutura produtiva, logicamente concentrando esforços nas atividades mais importantes, capazes de dar à região uma posição de liderança até mesmo no mercado internacional.

O documento lançado no Governo Collor sobre a política Regional apontava, também, a necessidade de desenvolver os complexos industriais maduros, como o Complexo Petroquímico (BA), os setores metal-mecânico (PE) e têxtil (CE). Além dessas atividades, deveriam também ser incentivadas atividades recentes na região, como elaboração de minérios, em conjunto com o Projeto Carajás, e os Complexos Agroindustriais. Deveria ser dada atenção aos empreendimentos em setores de alta tecnologia, como informática, mecânica de precisão, química fina, etc (SANTANA - 1990, 14).

Outra medida de cunho regional foi a reedição do decreto de criação das ZPE's, com poucas alterações, em relação à de 1998. Os objetivos permaneceram, contudo suas instalações não mais restringiam-se as áreas de

atuação da SUDENE e SUDAM. Elas poderiam instalar-se em qualquer bolsão de pobreza, inclusive no Centro-Sul. Mas esse projeto nunca foi implementado nem na NPI, nem na PICE.

Enfim, no seu conjunto, a PICE não alterou a linha de proposta da NPI, foi antes uma tentativa de aprofundá-la, na medida em que buscava participação da sociedade em torno da modernização tecnológica e procurava dar maior coerência entre o discurso e a prática. (SANTANA - 1990, 39).

### **- Considerações Finais**

Como pode-se perceber, a nova linha de políticas de desenvolvimento regional apresentou uma maior consciência do Governo Federal quanto a insustentabilidade da situação de antagonismo instalada no país (desenvolvimento x estagnação).

Os estudos dos três momentos (GTDN, final de 50; II PND, década de 70 e NPI/PICE, década de 80) abordados, mostram as mudanças ocorridas na forma de se pensar a questão regional, tanto no contexto nacional; quanto no papel do Estado e da Indústria, no aproveitamento das vantagens comparativas regionais e no seu crescimento como um todo.

O GTDN investia na industrialização como caminho para que o Nordeste mudasse sua estrutura produtiva, a fim de reduzir a dependência com relação aos produtos importados, bem como, para criação de condições internas que possibilitassem seu próprio crescimento. Propunha a busca da autonomia econômica regional, a diversificação da sua estrutura produtiva (instalando indústrias dinâmicas e aproveitando a base de recursos naturais da região) e a modernização das indústrias tradicionais existentes.

A indústria viabilizaria à região gerar oportunidades de investimento, além de atuar decisivamente na redução do desemprego e na constituição de uma nova classe empresarial ativa. Contexto no qual o Estado aparecia como instituição indispensável para incentivar investimentos na região.

O II PND, também, apresentava a industrialização como instrumento para se alcançar o crescimento, mas não tinha o caráter social do GTDN. Esse plano apresentava preocupação evidente com o crescimento nacional e regional, mas com o aproveitamento dos produtos que cada região tivesse para oferecer. A região não era mais autônoma e sim integrada ao contexto nacional e a resolução de problemas como o desemprego, distribuição de renda, passariam à responsabilidade de políticas sociais. O Estado tinha também grande importância nesse período.

Apesar do incremento na produção regional, a industrialização nordestina assumiu um caráter de dependência e complementariedade, como bem define Tânia Barcelar (Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, 1967: 2ª ed.). Era dependente quanto aos insumos utilizados (cerca da metade era de origem extra-regional).

Quanto as políticas mais recentes (década de 80) não houve uma proposta ou projetos destinados a economia regional. A indústria também neste período, continuou representando a alternativa para o crescimento, mas não foram definidas vantagens específicas da região.

O cenário estabelecido era de uma nova perspectiva de crescimento, voltado agora, não apenas para o mercado interno, nem com preocupação quanto à integração ou autonomia regionais (já era considerada integrada), mas com uma indústria comprometida também com a modernização de seus produtos, a fim de torná-los competitivos internacionalmente. Ademais, o Estado perdeu suas funções de coordenador, investidor e financiador, assumindo o papel de articulador e mobilizador de esforços modernizantes.

Contudo, mudanças significativas ocorreram na economia regional. O incremento da industrialização na região, a partir das ações propostas pelo Estado, foi evidente, fazendo com que esta economia recuperasse sua posição no quadro nacional. Entre 1960 e 1970, as políticas implantadas pela SUDENE ajudaram o VTI (Valor de Transformação Industrial) da região a subir e alcançar 5,76% do VTI do Brasil, em 1970. As políticas seguintes norteadas pelo II PND também foram positivas para a região. Em 1980, o VTI do Nordeste passou a equivaler 8,05% do VTI do Brasil. Assim, do ponto de vista do incremento à produção, a industrialização foi benéfica para o Nordeste, permitindo a região crescer no seu VTI (SANTANA, 1995).

Em linhas gerais, foram estas as grandes propostas de industrialização para o Nordeste, cujos resultados provenientes de suas implementações sobre a estrutura industrial do Nordeste serão melhores estudados no capítulo seguinte, com um maior detalhamento sobre as décadas de 70 e 80.

## 2. ESTADO DO CEARÁ DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA

O Estado do Ceará tem experimentado, a partir de 1987, uma fase de apreciável crescimento econômico e acentuada melhoria nos níveis de eficiência do setor público. Com efeito, a expansão econômica observada supera as performances obtidas, em igual período, pelo País como um todo e pela Região Nordeste, equivalendo àquelas pertinentes às unidades federadas mais dinâmicas.

A determinante desses fatos, mais adiante corroborados com dados estatísticos oficiais, reside na rigorosa reorganização das finanças públicas e na qualidade da gestão governamental, que permitiram a regularização dos pagamentos das despesas correntes e das dívidas públicas interna e externa, bem como ensejaram a geração de poupança pública e conseqüente capacidade para investir.

A capacidade de autofinanciamento, desde 1988 até 1996, apresenta-se positiva, evidenciando a capacitação do governo cearense de empreender obras infraestruturais e sociais básicas, bem assim sinaliza para a possibilidade de aumento da captação de recursos externos adequados, originários de fontes nacionais e internacionais. É o que apresenta o quadro em seqüência.

**QUADRO N ° 01**  
**BALANÇO DAS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO**  
**CEARÁ ANOS 1987/96**

(R\$1.000,00)

| ANO  | RECEITAS<br>CORRENTES | DESPESAS<br>CORRENTES | SALDO     |
|------|-----------------------|-----------------------|-----------|
| 1987 | 732.676               | 1.317.144             | (584.468) |
| 1988 | 990.565               | 810.515               | 180.050   |
| 1989 | 898.561               | 743.604               | 154.957   |
| 1990 | 1.124.799             | 810.515               | 314.284   |
| 1991 | 1.793.850             | 1.156.598             | 637.252   |
| 1992 | 1.627.873             | 1.085.664             | 542.209   |
| 1993 | 1.710.456             | 1.163.235             | 547.221   |
| 1994 | 1.900.501             | 1.283.311             | 617.190   |
| 1995 | 2.001.546             | 1.750.517             | 251.029   |
| 1996 | 2.248.196             | 2.023.824             | 224.372   |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará

## 2.1 EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto do Ceará evoluiu positivamente, no período 1991/1996, registrando somente uma pequena redução no intervalo 1991/1992. Nos anos limítrofes da série o crescimento atingido é da ordem de 17%. No mesmo período, o PIB Nordestino evoluiu em 6%. Em 1996, o nível de participação do PIB do Ceará em relação ao PIB do Nordeste situou-se em 16,41% contra 14,78% registrado em 1991.

Os dados registrados no Estado do Ceará ganham ênfase quando se considera que a maioria dos estados, inclusive alguns de maior expressão econômica, manteve estável ou decrescente sua participação no PIB nacional e regional. O quadro que se apresenta em seguida discrimina a evolução do PIB do Ceará e do Nordeste.

**QUADRO Nº 02**  
**EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO**  
**CEARÁ E NORDESTE ANO 1991/96**

(Em R\$ 1.000)

| ANO  | CEARÁ (A)          |               | NORDESTE (B)       |               | (A)/(B) |
|------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|---------|
|      | VALOR<br>CONSTANTE | ÍNDICE<br>(%) | VALOR<br>CONSTANTE | ÍNDICE<br>(%) |         |
| 1991 | 15.352.818         | 100,00        | 103.880.214        | 100,00        | 14,78   |
| 1992 | 15.183.937         | 98,90         | 106.373.339        | 102,40        | 14,27   |
| 1993 | 15.396.512         | 100,28        | 104.777.739        | 100,86        | 14,69   |
| 1994 | 16.951.559         | 110,41        | 102.891.740        | 99,05         | 16,48   |
| 1995 | 17.883.895         | 116,49        | 112.872.238        | 108,66        | 15,84   |
| 1996 | 17.952.000         | 116,93        | 109.366.000        | 105,28        | 16,41   |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará;

## 2.2 EVOLUÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

No período 1991/1996, o VTI da indústria de transformação cearense evoluiu de R\$ 1.232.408 mil, em 1991, para R\$ 3.323.694, em 1996, registrando significativo crescimento nos anos de 1995 e 1996. Os resultados mais importantes foram registrados no grupo industrial considerado dinâmico (mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte), conquanto alguns setores, considerados tradicionais, também tenham apresentado expressivo crescimento, como é o caso das indústrias de bebidas e do vestuário, calçados e artefatos de tecidos.

Ao longo da série consultada foi a seguinte a evolução do VTI na indústria de transformação cearense.

**QUADRO Nº 03**  
**EVOLUÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO**  
**INDUSTRIAL DO CEARÁ ANOS 1991/96**

| <b>ANO</b> | <b>VALORES EM R\$<br/>MIL</b> | <b>ÍNDICE<br/>(%)</b> |
|------------|-------------------------------|-----------------------|
| 1991       | 1.232.408                     | 100,00                |
| 1992       | 1.406.978                     | 114,16                |
| 1993       | 1.546.707                     | 125,50                |
| 1994       | 1.595.562                     | 129,46                |
| 1995       | 2.928.605                     | 237,63                |
| 1996       | 3.323.694                     | 269,69                |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará;

### **2.3 DESEMPENHO RECENTE DO SETOR INDUSTRIAL DO CEARÁ**

Os números registrados a partir de março de 1991 indicam um total de 436 empresas implantadas e em implantação no Estado do Ceará, com investimento global da ordem de R\$ 4.926.515 mil e geração de, respectivamente, 87.473 e 349.892, empregos diretos e indiretos.

Do total de empresas implantadas e em implantação no Ceará, a partir do período considerado (1991/96), 29 estão localizados em Fortaleza e 407 no interior do Estado, com investimentos, respectivos, de R\$ 147.390 mil e R\$ 4.779.125 mil. Relativamente aos empregos gerados, a capital cearense registrou 4.048 empregos diretos, enquanto que no interior esse número é de 83.425 empregos. Mencione-se, por oportuno, a geração de empregos indiretos de, respectivamente, 16.220 e 333.672.

Ressalte-se que somente no período de março/91 a julho de 1997 foram implantados 113 empreendimentos industriais, com investimentos da ordem de R\$ 1.788.700 mil e geração de 26.480 empregos diretos e 105.920 indiretos.

O quadro apresentado em seqüência especifica os investimentos industriais no Estado do Ceará discriminando as localizações em Fortaleza e no interior do Estado.

**QUADRO Nº 04**  
**INVESTIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ ANO**

| Discriminação | Quantidade Empresas | Investimento em R\$ Mil | Números de Empregos |                |
|---------------|---------------------|-------------------------|---------------------|----------------|
|               |                     |                         | Diretos             | Indiretos      |
| Fortaleza     | 29                  | 147.390                 | 4.048               | 16.220         |
| Interior      | 407                 | 4.779.125               | 83.425              | 333.672        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>436</b>          | <b>4.926.515</b>        | <b>87.473</b>       | <b>349.892</b> |

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará.

A execução da Política Industrial do Estado do Ceará prevê a consolidação dos Distritos Industriais localizados em Maracanaú, Caucaia, Aquiraz, Eusébio, Maranguape, Pacatuba (Região Metropolitana de Fortaleza), Acarape, Redenção, Horizonte, Pacajus, Cascavel, São Gonçalo do Amarante (municípios contíguos à Região Metropolitana de Fortaleza), Quixadá, Sobral, Iguatu e Juazeiro do Norte, bem como o suprimento de infra-estrutura industrial básica noutros municípios em que se venham implantar indústrias.

## 2.4 COMÉRCIO EXTERNO CEARENSE

As transações internacionais realizadas por empresas localizadas no Estado do Ceará, vistas sob o ângulo das exportações, refletem incrementos sucessivos considerados os dados referentes à série 1991/1996. De fato, de valores FOB equivalentes a US\$ 270,4 milhões alusivos ao exercício de 1991, passou-se a US\$ 380,4 milhões em 1996, constatando-se uma expansão da ordem de 41% no período observado.

Importa ressaltar que na composição dessas exportações o componente produtos industrializados vem se configurando como o de evolução mais dinâmica, suplantando os produtos básicos, os quais, até época recente, figuravam como de maior importância na pauta de exportações do Ceará.

O quadro a seguir apresenta a evolução das exportações no Brasil e no Estado do Ceará. Ressalte-se que os números registrados no ano de 1996 revelam um crescimento de, respectivamente, 8% e 3% das exportações cearenses e nacionais, em relação ao ano anterior.

**QUADRO Nº 05**  
**EXPORTAÇÕES DO BRASIL E CEARÁ**  
**1991-1996**

| ANO  | BRASIL                |            | CEARÁ                 |            |
|------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|
|      | VALOR EM US\$ MILHÕES | ÍNDICE (%) | VALOR EM US\$ MILHÕES | ÍNDICE (%) |
| 1991 | 31.636,4              | 100,00     | 270,4                 | 100,00     |
| 1992 | 35.861,5              | 113,35     | 303,7                 | 112,32     |
| 1993 | 38.782,7              | 122,59     | 295,6                 | 109,32     |
| 1994 | 43.558,3              | 137,68     | 334,9                 | 123,85     |
| 1995 | 46.506,3              | 147,00     | 352,1                 | 130,21     |
| 1996 | 47.747,0              | 150,92     | 380,4                 | 140,68     |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará;

Mencione-se, por oportuno, as perspectivas de incremento das exportações cearenses de produtos industrializados já a partir de 1997, decorrente da consolidação do parque calçadista exportador, bem assim do funcionamento, dentro de três anos, da unidade de siderurgia, presentemente em implantação junto ao Porto do Pecém.

## 2.5 COEFICIENTES SOCIAIS

O desempenho obtido pela economia cearense, a partir da Segunda metade da década de 80, traduzido em termos de incremento de produto interno, de renda, de disponibilidades de recursos próprios pelo Tesouro do Estado para financiamento de inversões em infra-estrutura etc, refletiu-se, naturalmente, no âmbito social. Conquanto hajam sido expressivas as conquistas nas áreas de saneamento básico, habitação popular e assistência social, por exemplo, feitos significativos foram obtidos nos setores de educação, saúde, infraestrutura e renda, conforme observado no quadro comparativo dos anos de 1985 e 1995 que se segue.

**QUADRO Nº 06**  
**QUADRO COMPARATIVO DOS ÍNDICES SOCIAIS**  
**1985 E 1995**

| <b>DISCRIMINAÇÃO</b>                            | <b>1985</b> | <b>1995</b> |
|---|-------------|-------------|
| <b>Índice de mortalidade infantil</b>           | 75,0%       | 52,2%       |
| <b>Taxa de Analfabetismo</b>                    | 46,7%       | 36,0%       |
| <b>Taxa de Repetência Escolar</b>               | 20,1%       | 15,9%       |
| <b>População c/ Rendimentos Inferior a 1 SM</b> | 33,5%       | 27,9%       |
| <b>Domicílios com Água Encanada</b>             | 31,2%       | 47,6%       |
| <b>Domicílios com Luz Elétrica</b>              | 53,1%       | 73,3%       |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará;

Ademais é importante consignar que o número de matrículas no Estado do Ceará em 1996, relativamente à 1995, evoluiu em 16,7%, no tocante ao Primeiro Grau, e 15,3%, no que concerne ao Segundo Grau. Essa evolução no Nordeste foi de 4,6% e 8,2%, respectivamente, nos Primeiro e Segundo Graus, enquanto que para o Brasil como um todo, a evolução foi de 1,8% e 7,5%.

### 3. FDI - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ

O FDI foi criado em 7 de dezembro de 1979, através da lei estadual nº 10.367(IOCE, 17/07/80).

A criação do FDI, partiu da constatação de que o Ceará sendo um Estado relativamente pobre, não poderia promover a industrialização exclusivamente com seus recursos. Os recursos do FDI eram utilizados para suplementar o financiamento de novos projetos industriais, dando suporte adicional aos empreendimentos em sua fase de funcionamento.

Para tanto, o governo estadual concede empréstimos de CAPITAL DE GIRO às empresas habilitadas, equivalentes ao valor do ICM gerado pelo faturamento adicional de projetos novos aprovados pelo Estado, durante dez anos, a taxas subsidiadas, que correspondia de fato, a devolução de ICM durante dez anos. Os recursos do FDI eram originados principalmente da destinação de 10% da receita do ICM do Estado.

A gestão e operacionalização do FDI ficou sob responsabilidade do BANDECE. Como gestor coube ao BANDECE dar cumprimento as diretrizes estabelecidas para aplicação dos recursos de diversas origens que compõe o FDI, analisar a viabilidade técnica dos projetos de investimento que enquadram-se nas prioridades definidas, conceder-lhes a assistência financeira necessária e avaliar a execução dos projetos financiados.

Erão definidas nos artigos 8º e 9º as empresas beneficiadas com as vantagens do FDI, onde o perfil dessas empresas era dado por uma absorção intensiva de mão-de-obra, relacionados com setores Têxtil, Coureiro, Cimenteiro e Metal-Mecânico. No artigo 9º abria-se espaço para beneficiar as empresas de setores tradicionais do Estado tais como: Setor Têxtil e vestiário, que tivessem potencialidades de ampliação e/ou modernização.

Para o entendimento do FDI, será necessário abordar alguns artigos importantes que expressam claramente sua origem:

Art.5º - Serão recursos do FDI:

- Os de origem orçamentária até o montante equivalente a dez por cento(10%) da receita do ICM;
- Empréstimos ou recursos a fundo perdido, oriundos da União, Estados e outras entidades;
- Contribuições, doações, legados e outras fontes de receita que lhe foram atribuídas;
- Juros, dividendos e outras receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;
- Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Pode-se observar na lista do artigo 5º que o item mais importante, por assegurar recursos do ICM para financiar as empresas que viessem a se instalar no Ceará, é o item I.

Art. 8º - Consideram-se para efeito deste decreto, como atividade de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do Estado, os empreendimentos que atendam pelo menos uma das seguintes condições:

- No seu processo de fabricação utilizem matéria-prima local;
- Contribuam para absorção intensiva de mão-de-obra;
- Produzam bens similar no Estado;
- Contribuam para melhoria do perfil de exportação do Estado;
- Pertencam a ramos industriais ligados aos setores Têxtil, Vestuário, Coureiro e Metal-Mecânico;
- Contribuam para substituir importações.

Art. 9º- poderão ser beneficiadas com operações do FDI, as empresas industriais consideradas de fundamental interesse no desenvolvimento

econômico, na forma do artigo anterior, observados os seguintes graus de prioridades:

- Indústrias novas, e/ou consideradas como de máxima prioridade pelo III Pólo Industrial de Nordeste e localizadas dos Distritos Industriais do Estado, salvo aquelas que não devem, por razões técnicas, se instalar nos referidos Distritos;

- Indústrias novas, e/ou relacionadas, enquadradas no III Pólo Industrial do Nordeste e localizadas nos Distritos Industriais, salvo aquelas que não devem, por razões técnicas instalar-se nos referidos Distritos;

- Indústrias existentes, enquadradas no III Pólo industrial do Nordeste e que, mediante programa de ampliação e/ou modernização, aumentem em pelo menos 50% sua capacidade instalada;

- Indústrias existentes que estejam comprovadamente em dificuldades financeiras e que seja de interesse para a economia do Estado a sua recuperação e/ou consolidação.

Desta forma este item iria beneficiar principalmente as indústrias dos setores tradicionais do Ceará, que tivessem potencialidades de crescimento.

Contudo, dentro das propostas contidas no FDI, há uma distinção entre objetivos de caráter geral e específicos, tais como:

- Complementar o sistema de fontes de financiamento do desenvolvimento industrial do Estado.

Esse objetivo continha a maior motivação do FDI, ao proporcionar uma linha auxiliar de financiamento a fim de tornar o Estado do Ceará mais competitivo e atrativo aos olhos dos investidores externos. Nesse contexto

ressalta-se que no momento em que o FDI foi lançado, a história da indústria incentivada já havia se consolidado.

- Garantir a existência de um sistema de financiamento global de projetos industriais, compreendendo fontes de recursos e incentivos financeiros nacionais, regionais e estaduais.

Objetivamente, o que diferenciava o FDI das demais formas de financiamento, se dava pela criação de um financiamento de capital de giro, enquanto os outros davam ênfase ao financiamento para aquisição de máquinas e instalações.

Apesar do FDI ter sofrido três alterações do seu regulamento (11) original (alterada pela lei nº10.380 de 27 de março de 1980 pela lei nº11.073 de 15 de Julho de 1985 e pela lei nº11.524, de 30 de dezembro de 1988), foi no ano de 1993 que o regulamento do FDI através da lei nº 22.719-A de 20 de agosto de 1993, sofreu alterações mais significativas em relação as empresas beneficiárias, mostrando uma nova moldura de uma política industrial diversificada e voltada para a interiorização.

As empresas beneficiadas foram listadas no capítulo III, Art. 8º - consideram-se para efeito deste regulamento, como atividades industriais de fundamental interesse para o desenvolvimento econômico do Estado, os empreendimentos industriais estratégicos a seguir considerados:

- informática e controle inteligente de processos industriais, química fina, biotecnologia microeletrônica e mecânica fina;
- industrialização de tunídeos e de pescado em geral;
- mineração( minerais metálicos e não-metálicos, combustíveis minerais radioativos; extração e lapidação de pedras preciosas e extração e beneficiamento de rochas ornamentais);
- cerâmica fina;

- de exportação, inclusive unidades embaladoras (packing-haus) com seleção automática e cadeia de frio para frutas e hortaliças para exportação;
- eletro-eletrônica;
- metal-mecânica;
- veículos e materiais de transporte;
- têxtil (subsetores tecelagem e malharia);
- coureiro-calçadista, vestuário e afins;
- bens de capital, inclusive bens de informática;
- química;
- qualquer indústria pioneira no Estado;
- qualquer indústria que tenha participação de capital estrangeiro, no mínimo 10% da parte de recursos próprios no investimento total;
- outros empreendimentos industriais não enquadrados nos itens anteriores sob parecer favorável de CEDIN”.

Observa-se nos itens a, c, f, g, h, l, m, n e o, contemplam-se atividades industriais que detêm tecnologia de ponta, que não foram contempladas na implantação do III Pólo, mostrando o interesse por parte do Governo do Estado em modificar o perfil industrial do Estado do Ceará, com a inserção de indústrias pioneiras e de alta tecnologia, de modo a diversificar a indústria cearense.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a diferenciação de incentivos em relação ao interior do Estado, conforme podemos verificar no Capítulo V do Regulamento do FDI.

### 3.1 - DA FORMA, VALOR E PRAZO DO BENEFÍCIO

“Art.15” - O valor do empréstimo ao amparo do FDI será concedido em 72 parcelas mensais e consecutivas para empresas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza; e será diferenciado em função da localização ou da natureza do projeto apoiado da seguinte forma:

Implantação de Indústria no Interior do Estado: o valor da parcela mensal do mútuo terá como parâmetro importância equivalente a 100% do ICMS efetivamente recolhido dentro do prazo legal, incidente sobre operações com a venda da produção própria, cabendo ao Governo do Estado responsabilizar-se por 75% do valor da parcela e devendo o restante ser negociado com a Prefeitura do município sede do empreendimento;

Implantação de Indústria na Região Metropolitana de Fortaleza: o valor da parcela mensal do mútuo estará limitado ao equivalente a até 60% do ICMS efetivamente recolhido no prazo legal, incidente sobre operações com a venda da produção própria, cabendo ao Governo do Estado responsabilizar-se por 75% do valor da parcela e devendo o restante ser negociado com a Prefeitura do município sede do empreendimento;

Relocalização de Indústria para o Interior do Estado: o valor da parcela mensal do mútuo terá como parâmetro importância equivalente a até 80%, sendo 70% a cargo do Estado e 10% a cargo do município do ICMS efetivamente recolhido dentro do prazo legal, incidente sobre operações com a venda da produção própria;

Ampliação de Indústria no Interior do Estado: as indústrias implantadas no Interior do Estado sob o égide do FDI e que vieram a realizar projetos de ampliação que atendam ao disposto no Art. 2, parágrafo 2 desse regulamento, poderão usufruir do benefício em função do ICMS gerado em consequência do aumento da produção que ultrapassar o nível original da capacidade instalada,

pelo prazo de 120 meses, contados a partir do mês fixado pelo CEDIN no ato concessivo, mantidos os encargos financeiros, as condições de amortização e os percentuais de aplicação referentes ao ICMS ou outro tributo que por ventura vier a substituí-lo;

Ampliação de Indústria na Região Metropolitana de Fortaleza: o valor da parcela mensal do empréstimo terá como parâmetro importância equivalente a 30% do adicional do ICMS gerado em decorrência do aumento da produção que ultrapassar o nível original de capacidade instalada.

Indústrias Pioneiras, Indústrias de Alto Padrão tecnológico ou com Participação de Capitais Estrangeiros: se localizados no Distrito Industrial ou no Pólo Industrial do Mucuripe poderão ter benefícios adicionais ao previsto neste Regulamento para essa localização, a critério do CEDIN (Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial).

Os itens I, III, IV, revelam a intenção do Governo do Estado em descentralizar a indústria cearense, ora concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza, através de incentivos diferenciados.

### **3.2 CRIAÇÃO DO III PÓLO INDUSTRIAL DO NORDESTE: O ENQUADRAMENTO NAS POLÍTICAS NACIONAIS E REGIONAIS**

A criação do III Pólo Industrial do Nordeste partiu do Estado do Ceará, através do documento de Exposição de Motivos (E.M nº258/72 GTI) do Governo do Estado para o Governo Federal, num momento em que o Ceará distanciava-se dos outros Estados do Nordeste em relação a grandes projetos de investimentos governamentais.

A idéia de implantação do III Pólo Industrial do Nordeste interessava, além do Estado do Ceará, a Região Nordeste e ao País como um todo.

Em termos regionais, destaca-se a implantação de um novo núcleo dinâmico que iria contribuir a dinamização da Região Nordeste, refletindo-se sobre os níveis de renda e proporcionando uma melhor distribuição intra-regional. Ressalta-se também a posição do Ceará em relação a Bahia e Pernambuco que num período de 1960/78, absorveram mais da metade dos recursos da SUDENE, por possuírem de certa forma uma infra-estrutura mais avançada e um relativo parque industrial.

A nível nacional, o III Pólo enquadrava-se à política industrial do país, à luz do II PND, cujo objetivo de industrialização, incluía a redução das disparidades regionais através da formação de complexos industriais de caráter regional.

No Estado do Ceará, havia potencialidades para iniciar-se um processo de industrialização mais intenso, tais como: disponibilidade de matéria-prima, mão-de-obra e existência de uma certa infra-estrutura de transportes, energia e comunicação.

Para a elaboração do Programa de Industrialização foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)(Secretaria de Indústria e Comércio, Relatório Nº 2) do III Pólo Industrial do Nordeste, coordenado pela SUDENE e composto por representantes do Governo Federal e Estadual.

Os resultados desse trabalho, exposto no Relatório Geral (Secretaria da Indústria e Comércio - Ce ) e Proposta de programação Operativa (Secretaria da Indústria e Comércio) em 1979, corroborou a programação de implantação de indústrias principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza e em algumas áreas do interior. Sendo os objetivos do III Pólo Industrial os seguintes(Secretaria da Indústria e Comércio):

- ✓ dotar o Estado do Ceará e, em especial, a Região Metropolitana de Fortaleza, de base econômica adequada ao seu desenvolvimento demográfico;
- ✓ criar, no Estado, um núcleo dinâmico de irradiação do desenvolvimento econômico, através da promoção de atividades industriais integradas em termos interindustriais e intersetoriais;
- ✓ criar, no Nordeste, um novo pólo de desenvolvimento industrial, capaz de promover maior integração das atividades industriais a nível regional;
- ✓ contribuir significativamente para redução do desemprego e do subemprego urbano no Estado;
- ✓ promover o aproveitamento das matérias-primas oriundas do setor primário (agropecuário e mineração), com o máximo de criação de valor agregado a nível do próprio Estado e da Região.

### 3.3 A CONTRIBUIÇÃO DO FDI

A Política Industrial estabelecida pelo Plameg II visou alterar as bases do sistema produtivo cearense, através da reestruturação e crescimento da indústria, principalmente setores Têxtil, alimentos, vestuário, calçados e coureiro.

Em relação ao III Polo Industrial, os resultados obtidos com a execução dos programas decorreram numa estratégia calcada em três itens:

- I. Intensificação e contínua articulação institucional;
- II. Elaboração de diagnósticos e planos de recuperação
- III. Contato com grupos empresariais

Ao longo do período de 1979/82, pode-se dizer que o setor secundário obteve um desempenho geral significativo, devido ao volume de recursos que foram canalizados, nesse período, não apenas para execução de diferentes projetos de investimentos, mas também para a realização de obras de infraestrutura.

## - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do dinamismo industrial dos últimos vinte anos, o esforço de industrialização do Nordeste foi insuficiente. Tanto que, quando vista no conjunto do País, a Região perde posição como produtora industrial, respondendo atualmente por menos de 6% do Valor da Transformação Industrial do Brasil. Isso porque os segmentos que comandaram o crescimento industrial brasileiro nos últimos anos (segmentos produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital) se concentram geograficamente no Sudeste.

A despeito da expansão da indústria no Nordeste, a questão das disparidades inter-regionais continua presente hoje, como nos anos cinqüenta. Os níveis de vida no Nordeste persistem sendo os mais baixos do País. Sua renda per capita média, por exemplo, continua, como em 1960, a ser menos da metade da renda média do Brasil, além de ser a Região de mais alto grau de concentração de renda.

Mais da metade da população ocupada no Nordeste (53,5%) encontrava-se num nível de rendimento mensal de um salário mínimo em 1978, o que equivaleria hoje a R\$ 130,00, ou seja, 104 dólares (\*). Mas, não se espere que a industrialização resolva este problema. Sua resolução passa pela questão agrária. No Nordeste, mais da metade da força de trabalho

ocupada ainda vive ligada às atividades primárias (contra 15% nas atividades secundárias).

No entanto, necessário se faz discutir que industrialização se pretende para o Nordeste nas próximas décadas. Mas tal discussão, pelo que foi visto aqui, remete imediatamente a outra, qual seja a de rediscutir o estilo de crescimento industrial do Brasil, o que significa, em última instância, rediscutir o próprio modelo econômico do País. Tudo isso num debate ampliado que passa pela abertura política estendida à discussão nacional dos rumos que deve tomar o desenvolvimento brasileiro nos anos oitenta.

Nesse contexto, para a discussão específica da industrialização nordestina, tem-se que a partir do entendimento claro de que, do processo vivido recentemente, se herdou uma indústria fortemente centrada na produção intermediária, moderna, integrada, dependente, complementar, extensão de indústria do Sudeste. O que inviabiliza hoje, mais ainda que nos tempos do GTDN, pensar em parque industrial autônomo, em industrialização substitutiva de importações a nível regional, num País onde o mercado já é, de há muito, nacional.

A discussão da industrialização nordestina, dentro dos novos rumos para a economia e sociedade brasileira, começa por superar algumas idéias do passado:

- Superar a abordagem dualista, que, não reconhecendo o Brasil como um único sistema econômico, impediu a GTDN, nos fins dos anos cinqüenta, de perceber a intensidade crescente com que se dava o processo de integração nacional. Integração ainda mais consolidada nos anos oitenta;

- Superar a crença na industrialização como remédio para todos os males. A industrialização é necessária mas não suficiente para resolver a questão regional. Cabe lembrar que a industrialização recente cumpriu papel importantíssimo, ao atrelar o bonde da indústria nordestina à locomotiva da industrialização brasileira. Mas, importantíssimo ter em mente que o esforço.

realizado foi insuficiente. É preciso pensar seriamente em descentralização industrial, e não só em desconcentração (como terminou sendo a Resolução 14);

Rejeitar o argumento dos baixos salários como “vantagem comparativa” para atrair indústrias para o Nordeste.

Em pesquisa recente, os empresários disseram não ter sido este o elemento que determinou sua opção pelo Nordeste. Se a SUDENE tivesse subsidiado a mão-de-obra e não o capital, os empresários teriam se instalado no mesmo setor e com a mesma tecnologia, responderam 70% dos entrevistados. Isto mostra que a tecnologia é um dado de uma dependência maior. A dependência da própria industrialização brasileira.

Por isso justifica-se aceitar a proposta feita por Francisco de Oliveira à SUDENE: equalizar os salários mínimos no País. Que justificativa se teria para defender uma força de trabalho mais barata, quando 80% do emprego na indústria já está em empresas com mais de 100 operários? E estas empresas, na maioria filiais de outras, nacionais ou multinacionais, são viáveis a custos salariais muito mais elevados.

Finalmente, fundamental para definir as perspectivas da industrialização do Nordeste será a discussão ampliada dessa questão. O que significa levar esse debate às organizações da sociedade civil e a todos os interessados em construir um Brasil para os brasileiros e, dentro dele, um Nordeste para os nordestinos. E, assim, superando as postulações tecnocráticas, tratar politicamente a questão do atraso do Nordeste.

### 3.4 ANÁLISE DO SETOR INDUSTRIAL DO CEARÁ ATRAVÉS DO FDI

A análise do desempenho das instituições federais de crédito no Estado do Ceará, (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) indica uma tendência geral de redução no volume de aplicações dessas entidades na economia cearense. De fato, vale salientar que, desde meados da década de 70, as aplicações dos bancos federais no Ceará vêm sofrendo significativa diminuição, o que implica uma contribuição decrescente no aporte de recursos ao financiamento de projetos nas áreas agrícola, agroindustrial, industrial e de construção civil. (Cristina, 1996: p.13).

Uma vez que a disparidade em relação ao Centro-Sul ainda é visível, assim, é compreensível a maneira como vem atuando o FDI(Fundo de Desenvolvimento Industrial), na isenção de 75% do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) para tentar sanar essa deficiência em relação ao decrescente número de aporte de recursos verificados para a região.

Dessa forma constituem importante fluxo de investimentos, pois, apesar de a forma como são operadas os incentivos ser contestada por muitos, verifica-se que, ao longo de 1987-98, a soma total de investimentos na indústria ultrapassa os R\$ 3,5 bilhões, mesmo assim, percebe-se que os investimentos ficaram muito aquém das reais potencialidades e necessidades do Estado.

Todavia, merece salientar que tais investimentos muito têm contribuído para a dinamização da economia, haja vista os números registrados a partir do Governo Tasso Jereissati indicam um total de 431 empresas implantadas e em implantação no Estado do Ceará, com investimento global da ordem de R\$ 3.769.399.853.07 milhões e geração de, respectivamente, 92.508 e 370.432, empregos diretos e indiretos.

Do total de empresas implantadas e em implantação no Ceará, a partir do período considerado (Governo Tasso Jereissati), 29 estão localizados em Fortaleza e 402 no restante dos municípios, com investimentos, respectivamente, de R\$ 243.294.841 mil e R\$ 3.526.105.012,07 mil. Relativamente aos empregos gerados, a capital cearense registra aumento de 7.041 empregos diretos, enquanto que o restante dos municípios esse número é de 85.397 empregos, mencione-se, por oportuno, a geração de empregos indiretos de, respectivamente, 2.864 e 348.568.

O quadro apresentado, em seqüência, especifica os investimentos industriais no Estado do Ceará discriminando as localizações incluindo em Fortaleza e nos principais municípios do Estado.

**QUADRO Nº 07**  
**VOLUME DE INVESTIMENTOS POR MUNICÍPIOS DO CEARÁ**  
**GOVERNO TASSO JEREISSATI**

| MUNICÍPIOS   | Quantidade Empr..Bem.. | Valor Invest.(R\$) | Emprego Direto | Indireto | Total  | População Ocupada(*) | % geração de empregos em relação Pop. Ocupada |
|--------------|------------------------|--------------------|----------------|----------|--------|----------------------|---|
| ABAIARA      | 1                      | 75.000,00          | 12             | 48       | 60     | 2517                 | 0,02  |
| ACARAPE      | 1                      | 5.000.000,00       | 800            | 3.200    | 4.000  | 3147                 | 1,27  |
| ARACATI      | 4                      | 12.100.000,00      | 685            | 2.740    | 3.425  | 19978                | 0,17  |
| ARACOIABA    | 1                      | 250.000,00         | 61             | 244      | 305    | 7038                 | 0,043   |
| AQUIRAZ      | 8                      | 199.600.000,00     | 1.234          | 5.296    | 6.530  | 17268                | 0,37  |
| BARBALHA     | 11                     | 27.292.800,00      | 1.536          | 6.144    | 7.680  | 12770                | 0,60  |
| BARREIRA     | 2                      | 853.480,00         | 105            | 420      | 525    | 5122                 | 0,10  |
| BEBERIBE     | 1                      | 351.366,50         | 82             | 328      | 410    | 12970                | 0,03  |
| BREJO SANTO  | 2                      | 2.283.024,50       | 373            | 1.492    | 1.865  | 10065                | 0,18  |
| CAMOCIM      | 1                      | 3.000.000,00       | 300            | 1.200    | 1.500  | 14617                | 0,10  |
| CARIDADE     | 2                      | 4.100.000,00       | 465            | 1.860    | 2.325  | 3841                 | 0,60  |
| CASCADEL     | 5                      | 19.420.000,00      | 1.340          | 5.360    | 6.700  | 18183                | 0,36  |
| CANINDÉ      | 2                      | 3.960.000,00       | 556            | 2.224    | 2.780  | 20201                | 0,13  |
| CARIÚS       | 1                      | 400.000,00         | 15             | 60       | 75     | 6049                 | 0,01  |
| CAUCAIA      | 84                     | 516.794.057,00     | 12.094         | 48.776   | 60.870 | 53789                | 1,13  |
| CEDRO        | 1                      | 71.925,00          | 30             | 120      | 150    | 7180                 | 0,02  |
| CHOROZINHO   | 3                      | 4.000.000,00       | 220            | 880      | 1.100  | 5846                 | 0,18  |
| CRATEÚS      | 3                      | 6.100.000,00       | 1.028          | 4.112    | 5.140  | 21999                | 0,23  |
| CRATO        | 10                     | 81.809.000,00      | 2.698          | 16.792   | 19.490 | 31248                | 0,62  |
| EUSÉBIO      | 30                     | 148.200.000,00     | 2.909          | 11.636   | 14.545 | 934                  | 15,57   |
| FORQUILHA    | 1                      | 5.200.000,00       | 580            | 2.540    | 3.120  | 641                  | 4,86  |
| FORTALEZA    | 29                     | 243.294.841,00     | 7.041          | 2.864    | 9.905  | 104657               | 0,09  |
| GUAIUBA      | 3                      | 3.800.000,00       | 350            | 1.400    | 1.750  | 668                  | 2,61  |
| GUARAMIRANGA | 1                      | 2.500.000,00       | 60             | 240      | 300    | 58                   | 5,17  |

|                      |     |                  |        |         |          |         |        |
|----------------------|-----|------------------|--------|---------|----------|---------|--------|
| HORIZONTE            | 25  | 130.820.670,00   | 4.085  | 16.340  | 20.425   | 883     | 23,13  |
| ICAPUÍ               | 1   | 953.000,00       | 89     | 356     | 445      | 397     | 0,49   |
| IGUATU               | 5   | 13.352.159,00    | 1.349  | 5.396   | 6.745    | 1652    | 4,08   |
| ITAITINGA            | 5   | 28.460.000,00    | 1.136  | 4.544   | 5.680    |         |        |
| ITAPAJÉ              | 2   | 11.500.000,00    | 1.560  | 6.240   | 7.800    | 904     | 8,62   |
| ITAREMA              | 1   | 3.489.996,00     | 54     | 216     | 270      | 516     | 0,52   |
| ITAPIPOCA            | 2   | 14.000.000,00    | 3.500  | 14.000  | 17.500   | 1477    | 11,84  |
| JAGUARUANA           | 2   | 2.910.000,00     | 280    | 1.120   | 1.400    | 3338    | 0,41   |
| JAGUARIBE            | 2   | 835.000,00       | 194    | 776     | 970      | 1155    | 0,83   |
| JUAZEIRO DO NORTE    | 23  | 58.162.967,07    | 2.734  | 10.936  | 13.670   | 7871    | 1,73   |
| LAVRAS               | 1   | 350.000,00       | 26     | 100     | 125      | 188     | 0,66   |
| LIMOEIRO DO NORTE    | 2   | 1.000.000,00     | 110    | 440     | 550      | 1344    | 0,40   |
| MARACANAÚ            | 52  | 793.419.900,00   | 16.668 | 66.672  | 83.340   | 11604   | 7,18   |
| MARANGUAPE           | 24  | 74.544.100,00    | 4.778  | 19.112  | 23.890   | 3662    | 6,62   |
| MISSÃO VELHA         | 1   | 700.000,00       | 54     | 216     | 270      | 387     | 0,69   |
| MORADA NOVA          | 2   | 15.000.000,00    | 188    | 752     | 940      | 940     | 1      |
| NOVA OLINDA          | 3   | 453.000,00       | 125    | 500     | 625      | 205     | 3,04   |
| NOVA RUSSAS          | 1   | 2.000.000,00     | 2.500  | 10.000  | 12.500   | 285     | 43,85  |
| OCARA                | 1   | 260.000,00       | 200    | 800     | 1.000    | 193     | 5,18   |
| PACAJUS              | 14  | 50.010.588,00    | 1.771  | 7.084   | 8.855    | 1161    | 7,62   |
| PACATUBA             | 16  | 219.813.000,00   | 6.007  | 20.028  | 25.035   | 3003    | 8,33   |
| PARACURU             | 2   | 7.000.000,00     | 400    | 1.600   | 2.000    | 462     | 4,32   |
| PARAMOTI             | 1   | 600.000,00       | 200    | 800     | 1.000    | 226     | 4,42   |
| PENTECOSTE           | 2   | 4.000.000,00     | 900    | 3.600   | 4.500    | 647     | 6,95   |
| PINDORETAMA          | 2   | 4.300.000,00     | 240    | 960     | 1.200    | 1497    | 0,80   |
| QUIXADÁ              | 3   | 59.700.000,00    | 1.500  | 6.000   | 7.500    | 1299    | 5,77   |
| QUIXERAMOBIM         | 5   | 13.738.000,00    | 1.743  | 6.972   | 8.715    | 698     | 12,48  |
| RUSSAS               | 1   | 10.000.000,00    | 500    | 2.000   | 2.500    | 3289    | 0,76   |
| SANTANA ACARAÚ       | 1   | 399.550,00       | 119    | 476     | 595      | 2087    | 0,28   |
| SANTA QUITÉRIA       | 1   | 5.000.000,00     | 450    | 1.800   | 2.250    | 694     | 3,24   |
| SÃO GONÇALO AMARANTE | 9   | 861.498.000,00   | 1.290  | 5.160   | 6.450    | 589     | 10,95  |
| SOBRAL               | 8   | 29.674.429,00    | 2.005  | 8.020   | 10.025   | 43313   | 0,23   |
| TIANGUÁ              | 1   | 1.500.000,00     | 360    | 1.440   | 1.800    | 14768   | 0,12   |
| UBAJARA              | 1   | 50.000.000,00    | 50     | 200     | 250      | 8045    | 0,03   |
| UMIRIM               | 1   | 6.000.000,00     | 600    | 2.400   | 3.000,00 | 4287    | 0,70   |
| URUBURETAMA          | 1   | 5.000.000,00     | 1.100  | 4.400   | 5.500    | 4553    | 1,20   |
| TOTAL                | 431 | 3.769.899.853,07 | 92.438 | 351.432 | 443.870  | 508.895 | 223,10 |

Fonte: Autor do trabalho e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico;

(\*) População ocupada de 10 anos ou mais de vida.

Conforme o quadro nº 07, importa afirmar que o município de Nova Russas aparentemente é o que encontra-se em melhor situação em relação aos demais municípios, apresentando o melhor percentual de geração de emprego em relação a população ocupada, de 43,87%. Todavia, existe um equívoco, uma vez que para o mesmo foi registrado segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico(SDE), apenas uma indústria no rol das beneficiária do FDI. Totalizando um volume de investimento total de R\$ 2 milhões de reais, gerando 2.500 empregos diretos e 10.000 indiretos.

Seguindo a mesma linha de análise, agora em relação a outro Município, Eusébio, deve-se salientar que o município, apresenta o segundo melhor percentual de geração de emprego em relação a população ocupada, (15,57%), Este índice, ao contrário do anterior analisado, mostra relativamente melhor a realidade, pois, segundo a SDE foram beneficiadas com o FDI, 30 empresas, pertencentes a vários setores, tais como empresas operando no ramo de bicicletas, confecção, produtos químicos para tinturaria e indústria de refrigerantes. Essas empresas totalizam um volume de investimento total de R\$ 148.200.000,00 (Cento e quarenta e oito milhões e duzentos mil reais), e devem gerar 2.909 empregos diretos e 11.636 empregos indiretos.

Ainda na mesma linha de análise, agora em relação a outro município, Itapipoca, é relevante afirmar que o município apresenta o

terceiro melhor percentual de geração de emprego em relação a população ocupada, (11,85%). Este índice mostra ao contrário do anterior, e também segundo a SDE foram beneficiadas com o FDI, apenas 02 empresas, pertencentes aos setores de calçados e de alimentação. Essas totalizam um volume de investimento total de R\$ 14.000.000,00 (Quatorze milhões de reais), gerando 2.909 empregos diretos e 11.636 empregos indiretos.

Os municípios de Itapajé e Pacatuba, ambos com o mesmo percentual de geração de emprego em relação a população ocupada, em torno de 8%, refletem situações distintas. O primeiro possui apenas duas empresas beneficiárias do FDI, com volume total de investimentos de 28.460.000,00 (Vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) gerando 1.560 empregos diretos e 6.240 indiretos, enquanto a segunda, possui 16 empresas beneficiárias, com volume total de investimentos de 219.813.000,00 (Duzentos e dezenove milhões e oitocentos e treze mil reais) gerando 5.007 empregos diretos e 20.028 empregos indiretos.

Resultado distinto, embora um pouco abaixo dos anteriores encontra-se o município de Maracanaú, pois, Seguindo a mesma linha de análise,

apresenta o percentual de geração de emprego em relação a população ocupada, de 7%. Este índice, ao contrário do anterior analisado, não reflete claramente a realidade, pois, segundo a SDE, foram beneficiadas com o FDI, 52 empresas, pertencentes a vários setores. Desde empresa operando no ramo de auto-peças, confecção(10 empresas), produtos químicos para tinturaria até indústria de refrigerantes. Essas empresas totalizam um volume de investimento total de R\$ 793.419.900,00 (Setecentos e noventa e três milhões, quatrocentos e dezenove mil e novecentos reais), gerando 16.668 empregos diretos e 66.672 indiretos.

O quadro a seguir, apresenta o total gerado de emprego direto e indireto por cada município, inclusive a região metropolitana de Fortaleza.

**QUADRO Nº 08**  
**TOTAL DE EMPREGO GERADO POR MUNICÍPIO**

| MUNICÍPIOS  | Total de Emprego Gerado | População Ocupada(*) | % Geração de empregos em relação a Pop. Ocupada |
|-------------|-------------------------|----------------------|---|
| ABAIARA     | 60                      | 2517                 | 0,02  |
| ACARAPE     | 4.000                   | 3147                 | 1,27  |
| ARACATI     | 3.425                   | 19978                | 0,17  |
| ARACOIABA   | 305                     | 7033                 | 0,04  |
| AQUIRAZ     | 6.530                   | 17268                | 0,38  |
| BARBALHA    | 7.680                   | 12770                | 0,60  |
| BARREIRA    | 525                     | 5122                 | 0,10  |
| BEBERIBE    | 410                     | 12970                | 0,03  |
| BREJO SANTO | 1.865                   | 10065                | 0,19  |
| CAMOCIM     | 1.500                   | 14617                | 0,10  |
| CARIDADE    | 2.325                   | 3841                 | 0,61  |
| CASCADEL    | 6.700                   | 18183                | 0,37  |
| CANINDÉ     | 2.780                   | 20201                | 0,14  |
| CARIÚS      | 75                      | 6049                 | 0,01  |
| CAUCAIA     | 60.870                  | 53789                | 1,13  |
| CEDRO       | 150                     | 7180                 | 0,02  |
| CHOROZINHO  | 1.100                   | 5846                 | 0,19  |
| CRATEÚS     | 5.140                   | 21999                | 0,23  |
| CRATO       | 19.490                  | 31248                | 0,62  |
| EUSÉBIO     | 14.645                  | 934                  | 15,57   |
| FORQUILHA   | 3.120                   | 641                  | 4,87  |
| FORTALEZA   | 9.905                   | 104657               | 0,09  |
| GUAIUBA     | 1.750                   | 668                  | 2,62  |

|                      |                |                |               |
|----------------------|----------------|----------------|---------------|
| GUARAMIRANGA         | 300            | 58             | 5,17          |
| HORIZONTE            | 20.425         | 883            | 23,13         |
| ICAPUÍ               | 445            | 897            | 0,50          |
| IGUATU               | 6.745          | 1652           | 4,08          |
| ITAITINGA            | 5.680          |                |               |
| ITAPAJÉ              | 7.800          | 904            | 8,63          |
| ITAREMA              | 270            | 516            | 0,52          |
| ITAPIPOCA            | 17.500         | 1477           | 11,85         |
| JAGUARUANA           | 1.400          | 3338           | 0,42          |
| JAGUARIBE            | 970            | 1155           | 0,84          |
| JUAZEIRO DO NORTE    | 13.670         | 7871           | 1,74          |
| LAVRAS               | 125            | 188            | 0,66          |
| LIMOEIRO DO NORTE    | 5500           | 1344           | 0,41          |
| MARACANAÚ            | 83.340         | 11604          | 7,18          |
| MARANGUAPE           | 23.890         | 3662           | 6,52          |
| MISSÃO VELHA         | 270            | 387            | 0,70          |
| MORADA NOVA          | 940            | 940            | 1,00          |
| NOVA OLINDA          | 625            | 205            | 3,05          |
| NOVA RUSSAS          | 12.500         | 285            | 43,86         |
| OCARA                | 1.000          | 193            | 5,18          |
| PACAJUS              | 8.855          | 1161           | 7,63          |
| PACATUBA             | 25.035         | 3003           | 8,34          |
| PARACURU             | 2.000          | 462            | 4,33          |
| PARAMOTI             | 1.000          | 226            | 4,42          |
| PENTECOSTE           | 4.500          | 647            | 6,96          |
| PINDORETAMA          | 1.200          | 1497           | 0,80          |
| QUIXADÁ              | 7.500          | 1299           | 5,77          |
| QUIXERAMOBIM         | 8.715          | 698            | 12,49         |
| RUSSAS               | 2.500          | 3289           | 0,76          |
| SANTANA ACARAÚ       | 595            | 2087           | 0,29          |
| SANTA QUITÉRIA       | 2.250          | 694            | 3,24          |
| SÃO GONÇALO AMARANTE | 6.450          | 589            | 10,95         |
| SOBRAL               | 10.025         | 43313          | 0,23          |
| TIANGUÁ              | 1.800          | 14768          | 0,12          |
| UBAJARA              | 250            | 8045           | 0,03          |
| UMIRIM               | 3.000          | 4267           | 0,70          |
| URUBURETAMA          | 6.500          | 4553           | 1,21          |
| <b>TOTAL</b>         | <b>443.870</b> | <b>508.885</b> | <b>223,10</b> |

Fonte: Autor do trabalho e a Secretaria do Desenvolvimento Econômico;  
 (\*) População ocupada de 10 anos ou mais de vida.

Em relação ao percentual de absorção da mão-de-obra, observa-se que nos principais municípios este índice tem apresentado um resultado satisfatório, absorvendo em grande maioria parte da população ocupada, outras vezes ultrapassando em mais de 100% o número da população ocupada para aquele município.

Conforme o quadro nº 06, é correto afirmar que o Município de Nova Russas é o que encontra-se em melhor situação, com um índice favorável na absorção da mão-de-obra de 43 vezes o número de pessoas ocupadas,

seguido de Eusébio com 15 vezes, Itapipoca com 11 vezes, Itapajé e Pacatuba ambas com 8 vezes e Maracanaú com 7 vezes. Entretanto, apesar do município de Nova Russas obter o melhor percentual de geração de emprego em relação a população ocupada, o número de empresas ali instaladas deixa a desejar, pois segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, apenas uma empresa no setor de alimentos teve acesso ao benefício oferecido pelo FDI, com volume de investimento total de 2 milhões de reais, gerando 2.500 empregos diretos e 10.000 empregos indiretos.

Entretanto, o município de pior situação é o de Cedro, devido ao número insuficiente de empresas ali instaladas, com capacidade de absorção da mão-de-obra de apenas 2% da mão-de-obra ocupada, seguida de Abaiara e Ubajara com 2,3% e 3,1%, respectivamente. Outro ponto relevante

a observar é quanto ao número de municípios que se beneficiaram com o incremento de empresas, investimentos estes que foram realizados a partir do FDI, atingindo um total de 60 municípios.

Contudo, é interessante apontar para a tendência natural dos investimentos, onde percebe-se pelos números que o interior ainda necessita de maiores investimentos em infra-estrutura, pois, as condições físicas, isto é, as condições apropriadas de infra-estrutura indicarão em geral uma tendência maior da viabilidade do empreendimento vir a ser um sucesso, na medida em que o risco do empreendimento passa a ser menor quando existem condições infra-estruturais, tais como:

- Estradas com rede de energia elétrica ligando o terreno a capital e a vários pontos de escoamento da produção;
- Infra-estrutura da região: esgoto, água, ou seja, saneamento básico;
- Mão-de-obra com algum nível de escolaridade, pois é fundamental no preenchimento das vagas que seja por trabalhadores qualificados;
- Condições de fornecimento de matérias-primas para dá condições adequadas a produção; e

- Comércio razoável para atender a demanda dos trabalhadores.

Dessa forma, entende-se que o volume de investimentos está diretamente ligado, além do benefício propriamente dito, da existência de infraestrutura da região, pois, conforme a empresa distancia-se da capital cearense, maiores serão os riscos, uma vez que o custo da produção de certa forma aumenta com o transporte e esse custo com certeza será repassado para o consumidor. E, num período globalizado em que vivemos todo detalhe no sentido de diminuir os custos certamente é bem vindo. Assim, no sentido de incentivar a interiorização, o artigo 8º do FDI, propõe isenção do ICMS maior para quem instala-se no interior do Estado.

Em relação aos investimentos de modo geral, importa ressaltar que os impactos positivos sobre a economia dependerá de que a mesma tenha uma estrutura setorial relativamente complexa, que possua requisitos que a façam crescer, e que seja capaz de absorver os efeitos multiplicadores gerados no processo de implantação e operação dos projetos. Se não houver uma infraestrutura, como já foi dito, com uma complexidade mínima os recursos gerados serão canalizados para outras áreas.

### 3.5 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar o desempenho do FDI, no período do Governo Tasso Jereissati(1987/98). Vale salientar que é um período considerável de análise de impactos econômicos e social, onde foi tempo suficiente para constataremos algumas melhorias provenientes dos investimentos financiados, como por exemplo o aumento do emprego e da renda em 60 Municípios.

Podemos perceber, aqui, a importância do Estado, quando da necessidade de montagem de uma estrutura setorial capaz de absorver os efeitos proporcionados pelos investimentos.

Dessa forma o fato de o Governo do Ceará manter equilibradas, há vários anos, as suas finanças, gerando poupança pública, constitui vantagem enorme para o desenvolvimento no Estado. Com isso, o Governo pode assumir papel ativo para mobilizar recursos públicos e privados e planejar o desenvolvimento. A credibilidade que o Estado alcançou, nos últimos anos, tanto em nível nacional quanto internacional, representa capital inestimável para a concretização das próximas etapas rumo ao progresso.

O setor privado, por seu turno, também tem demonstrado capacidade de promover o crescimento econômico a partir de uma bem-sucedida estratégia endógena, visto que os empreendedores particulares lograram identificar oportunidades e mobilizar recursos locais ou provenientes do resto do País e/ou do exterior para financiar os investimentos produtivos. Desse modo, o empresário vem contribuindo para o desenvolvimento do Ceará, haja vista o número de empresas instaladas nos sessenta Municípios.

Adicionalmente, o Ceará conta com outras potencialidades, a exemplo de: a) localização privilegiada, próxima dos maiores mercados mundiais e das mais importantes rotas de navegação do Atlântico Norte, o que o torna uma porta natural de entrada e saída do comércio para o Norte e Nordeste do País; b) disponibilidade de razoável infra-estrutura de transportes e comunicação e de externalidades urbanas concentradas na RMF; c) existência de cinco instituições de ensino superior que garantem a formação de mão-de-obra qualificada para lidar com as inovações tecnológicas e fornecem "massa crítica" suficiente para a reflexão sobre a realidade do semi-árido; e d) Governo Estadual com credibilidade nacional e internacional, capaz de atrair parcerias e financiamentos provenientes do País e do Exterior.

No tocante aos fatores restritivos que dificultam alcançar rapidamente o cenário desejado de desenvolvimento no Estado. Dentre estes, vale destacar: (IPLANCE- Plano de Desenvolvimento Sustentável, 1995/98, pág.28)

- (a) as limitações de clima e solos, que constituem fonte permanente de vulnerabilidade para a agricultura;
- (b) a distribuição assimétrica das terras, da renda e da riqueza;
- (c) a iniquidade e saúde da população;
- (d) os níveis elevados de exclusão social, com parcela expressiva da população em estado de pobreza extrema;
- (e) as deficiências existentes na infra-estrutura física de transportes, energia e armazenagem;
- (f) a insuficiente capacidade de poupança dos setores público e privado locais;
- (g) o baixo nível tecnológico, particularmente na agricultura;
- (h) a necessidade de transformação cultural e de mudança de mentalidade.

Com exceção das características de clima e solos, todas são restrições removíveis a médio prazo e, mesmo em relação ao clima e solos, sua importância como fator restritivo pode ser reduzida ao longo do tempo.

Dessa forma, o total de recursos aplicados no período chegou a cerca de R\$ 3.769.899.853,07 e o número de contratações realizadas foi de 92.438 e 351.432 empregos diretos e indiretos foram criados. Entretanto, podemos verificar que a cada ano o setor industrial vem aumentando suas aplicações no semi-árido, ou seja, aos poucos estão sendo ultrapassadas as dificuldades e limitações estruturais dessa área. Estima-se que a realização de pesquisas, e a implementação de novas técnicas que proporcionem maior produtividade, haja a cada ano, um aumento da demanda de investimentos no semi-árido.

Ademais, temos a relatar que o FDI tem tudo para ajudar na alavancagem do desenvolvimento do nordeste, principalmente quando forem implementados um número maior de investimentos em tecnologia de ponta, fato que ainda deixa a desejar, que é fundamental para o aumento de nossa

competitividade. E, para isso, é necessário que haja uma mudança na mentalidade dos empresários, que precisam perceber que embora não tragam resultado imediato, o investimento em pesquisa, assim como, a utilização de técnicas modernas, são fundamentais para o alcance da eficiência, competitividade e expansão.

Finalizando, a execução da Política Industrial do Estado do Ceará prevê a consolidação dos Distritos Industriais localizados em Maracanaú, Caucaia, Aquiraz, Eusébio, Maranguape, Pacatuba (Região Metropolitana de Fortaleza), Acarape, Redenção, Horizonte, Pacajus, Cascavel, São Gonçalo do Amarante (municípios contíguos à Região Metropolitana de Fortaleza), Quixadá, Sobral, Iguatu e Juazeiro do Norte, bem como o suprimento de infra-estrutura industrial básica noutros municípios em que se venham implantar indústrias. O FDI passa a ter, portanto, um papel fundamental para a execução desta política industrial, na medida em que serão necessários um volume de recursos que ultrapassa os níveis de recursos disponíveis nas linhas tradicionais de financiamento bancário.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo Paiva. Crise. Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. IN: ABREU, Marcelo Paiva. A Ordem do Progresso – Cem anos de Políticas Republicanas 1889-1989, 3ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1990, Capítulo 3, pp 73 a 103.

AGUIAR, Flávio José Cunha de. GTDN – Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste: Apreciação crítica Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1982.

BRASIL CONGRESSO NACIONAL. Comissão Especial Mista. Relatório Final. Senador Beni Veras. Brasília, 1993 3v.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. FNE – Informações Básicas 1993. Fortaleza, BNB, 1992.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo, T. A. Queiroz, 1983, 318 ps.

Carvalho, Isabel Cristina Monteiro de – Formas de Financiamento na Implantação do Processo de Industrialização Brasileira. Fortaleza. Monografia – Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, 1993, 09 pp.

FORTALEZA 1979, Ceará. IBGE. Censo Industrial: Dados Gerais

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 20ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1985 248 ps. Volume 23.

IBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e  
IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará, Atividades 1987 –  
Fortaleza1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de. Caitalismo Tardio. 3ª edição. São  
Paulo, Editora Brasiliense, 1982, 177 ps.

NOVOS RUMOS para a Economia do Nordeste (O Pensamento do  
BNB), Versão Preliminar, Fortaleza, BNB, 1990.

ROCHA, Eurípedes Ewbank – O Caráter Inovador do FDI, Texto para  
Discussão CAEN/UFC, nº 97, 26 p, 1992, Fortaleza.

REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE. Vol. 19 Nº 3,  
Julho/setembro1988, Fortaleza, BNB

REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE. Vol. 28 Nº 4,  
Outubro/dezembro1987, Fortaleza, BNB.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Ce). Relatório Anual de  
Atividades-1979, Fortaleza; 1979.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Ce). Relatório Anual de  
Atividades-1987, Fortaleza; 1979.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (SDE),  
Atividades FDI 1987/98 - Fortaleza 1999.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (SDE),  
Atividades – Municípios beneficiados FDI 1987/98 - Fortaleza 1999.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (SDE),  
Atividades – Municípios e Total de Investimentos FDI 1987/98 -  
Fortaleza 1999.

VASCONCELOS NELSON, RICARDO – FDI – Concepção e  
Contribuição para o desenvolvimento Industrial no Estado do Ceará,  
(Monografia, Fortaleza 1994.1).

VERSIANI, Flávio R. Industrialização: a década de 20 e a depressão,  
Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, V. 14, nº 1, ps 59  
a 93. Abril de 1984.